GRUPO IMPAR

IMPAR
seguros

RELATÓRIO & CONTAS 2023

Construindo Relações de Confiança!

Índice

Índice 2
I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 3
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 4
2. ÓRGÃOS SOCIAIS 5
3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE 6
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 8
4.2 Situação Económica Nacional 15
4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde 18
5. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS 23
6. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2023 24
6.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE 24
6.2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO 25
6.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO 26
6.4 PROVISÕES TÉCNICAS 27
6.5 RESSEGURO CEDIDO 28
6.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO 28
6.7 CUSTOS OPERACIONAIS 29
6.8. INVESTIMENTOS 29
6.9 RECURSOS HUMANOS 30
6.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO 32
6.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO 33
7. PERSPETIVAS PARA 2024 34
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 34
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 35
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 37
III – ANEXO ÀS CONTAS 43
IV – PARECER DO ATUÁRIO 101
V – PARECER DO FISCAL ÚNICO 103
VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA 105

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O contexto Macroeconómico em que a IMPAR desenvolveu a sua atividade foi adverso, tendo a situação vivida levado o Banco de Cabo Verde a tomar medidas de política monetária mais restritiva, com o agravamento das taxas diretoras, acompanhando desta forma as políticas dos principais bancos centrais mundiais.

Dados do Banco Mundial apontam para um crescimento global em 2023 de apenas 2.6%. Para além dos efeitos adversos decorrentes das apertadas medidas de política monetária, o arrefecimento do ritmo de crescimento económico a nível mundial deveu-se também à guerra na Ucrânia, ao aumento das tensões geopolíticas e ainda a fenómenos climáticos extremos.

No que se refere à economia cabo-verdiana, que continua a ser muito dependente do exterior, o crescimento foi de 4.5%, substancialmente inferior aos 17,7% registados em 2022, mitigado pelo facto da taxa de inflação ter registado um decréscimo, situando-se nos 3.1% contra os 7.5% de 2022.

Apesar do cenário repleto de incertezas e de adversidades, a IMPAR continuou a segurar com zelo e rigor os riscos das famílias e das empresas cabo-verdianas, reforçando assim a elevada confiança que os nossos Clientes depositam em nós, tendo o volume de negócios ultrapassado pela 1ª vez os 1,5 Milhões de contos o que representou um crescimento de 21,4%, suportados pelo forte crescimento do ramo Vida e dos Acidentes de Trabalho em consequência. Isso aliado ao facto dos custos com sinistros terem-se mantido em valores muito semelhantes à anuidade anterior, aumentando assim o Resultado técnico de forma significativa.

O mundo continua repleto de incertezas com os conflitos militares persistentes e tensões geopolíticas. A agravar estas incertezas e volatilidades, o ano de 2024 será um ano de eleições num conjunto de países que representam cerca de 60% da economia mundial. Os impactos a nível da economia poderão ser enormes pelo que se afiguram grandes desafios no futuro próximo.

Não obstante essas incertezas, continuaremos a desempenhar o nosso papel de corpo protector da Sociedade, garantido assim a segurança daqueles que em nós confiam.

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente do Conselho de Administração

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Augusto Vasconcelos Lopes
Vice-presidente	Alfredo Barbosa Fernandes
Primeiro Secretário	Diamantino Andrade Soares
Segundo Secretário	José Paulino Modesto

Conselho de Administração

Presidente	Luís Vasconcelos Lopes
Vice-Presidente	Paulo de Oliveira Lima
Administrador Delegado	António Raposo Correia
Administrador	Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administradora	Sandra Almiro Coimbra

Conselho Fiscal

Fiscal Único	António Pedro Gomes Silva
Suplente Fiscal Único	Carlos Augusto da Fonseca Monteiro

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade

conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Diretores Coordenadores funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia, Diretores e chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Diretores de cada uma das cinco Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Evolução da economia mundial

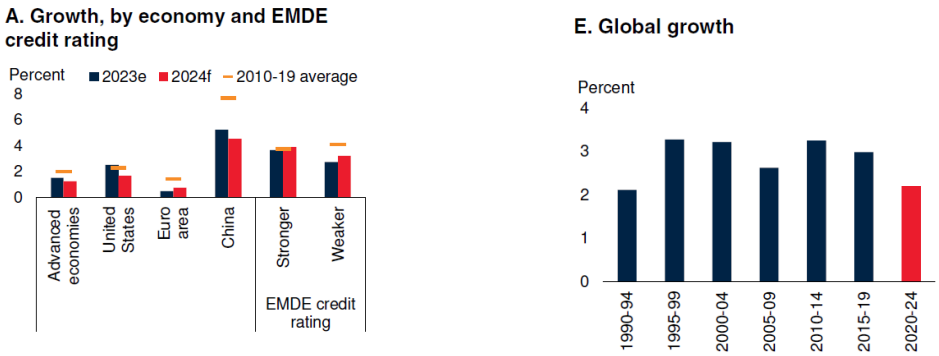
Após o forte crescimento pós-covid-19, a economia mundial mostra um abrandamento do ritmo de crescimento em resultado, sobretudo, da Guerra na Ucrânia; das crescentes tensões geopolíticas e da perda do dinamismo na recuperação da China, a acrescer aos apertos nas medidas de política monetária de combate à inflação, a redução do apoio fiscal e os eventos climáticos cada vez mais frequentes e extremos. Assim sendo, para o ano de 2023, o Banco Mundial, prevê um crescimento global de 2,6%, uma desaceleração pelo terceiro ano consecutivo, sendo que, para as economias avançadas, o crescimento esperado é de 1,5% e para as economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, incluindo a China, a previsão do crescimento é de 4%.

Apesar de tudo, o desempenho macroeconómico em 2023 poderia ter corrido pior, pela série de choques destes últimos anos, primeiro com a crise global provocada pela pandemia da Covid 19 e, depois, com a guerra Rússia-Ucrânia, o que faz com que os especialistas classificassem essa quase meia década como a pior dos últimos 30 anos, em termos de crescimento do PIB.

Ao longo do ano, as políticas macroeconómicas das principais autoridades monetárias internacionais estiveram orientadas para o combate à inflação e para a mitigação dos seus efeitos adversos na economia. Assim sendo, quer a Reserva Federal dos EUA (FED) e quer o BCE mantiveram a sua política de subida de taxas diretoras, tendo o FED, aumentado, em 8 (oito) vezes, os juros e terminado o ano com uma taxa entre 5.25% e 5.5%. Já a autoridade monetária da União Europeia, o BCE, aumentou por 5 (cinco) vezes a taxa diretora, situando a taxa, em dezembro de 2023, em 4.75%.

Não obstante a política monetária restritiva dos principais Bancos Centrais, o crescimento económico, apesar de comedido, manteve-se constante durante o ano, suportado por uma procura interna sólida, por um mercado de trabalho forte, como o caso dos Estados Unidos, e, pelo comportamento das economias emergentes, incluindo a China, onde o levantamento das restrições relacionadas com o coronavírus (COVID-19), no início do ano, e uma recuperação mais generalizada do consumo privado compensaram a fraqueza do setor residencial.

Em relação à inflação global, manteve-se numa trajetória descendente, não obstante as projeções sinalizarem que as metas para a inflação média não serão atingidas antes de 2025. Para 2023, estima-se que a inflação global seja de 5,0% (8.7% em 2022), refletindo um abrandamento suportado, sobretudo, pelo recuo no preço das *commodities* (quer alimentares e quer energéticas) e ainda o impacto das medidas adotadas pelos Bancos Centrais com a adoção de políticas monetárias restritivas.



Fonte: World Bank Group Flagship Report – Global Economic Prospect, January 2024

Nos **EUA**, uma procura interna sólida e um mercado de trabalho forte e dinâmico geraram um crescimento robusto (2.3%), não obstante a política monetária restritiva com o aumento das taxas de juro e maior restritividade nas condições de crédito.

O desempenho da economia norte americana foi resultado do dinamismo do consumo privado que se manteve sólido, suportado pelas poupanças acumuladas; pela recuperação do investimento privado e ainda pela política orçamental expansionista.

Em relação à inflação medida pelo IPC, decresceu de 6.4% para 3.0% tendo em conta a queda dos preços dos produtos energéticos, não obstante ter-se mantido superior à meta de 2% a.a. fixado pelo FED.

No que respeita ao mercado de trabalho, o mesmo permaneceu forte em 2023, com a taxa de desemprego historicamente baixa.

Na **Zona Euro,** o crescimento abrandou acentuadamente em 2023 em resultado da manutenção dos altos preços de energia e dos combustíveis e ainda entraves decorrentes das condições de financiamento mais restritivas aliado a uma fraca confiança dos consumidores e perdas de competitividade

A par dos constrangimentos em relação ao crescimento, especialmente em alguns setores como a indústria transformadora e os serviços, a atividade em 2023 ficou condicionada pelas tensões geopolíticas.

O crescimento da economia na Zona Euro, para 2023, está estimado nos 0,4% impulsionado por um mercado laboral historicamente resiliente que permitiu a manutenção do rendimento disponível apesar da subida generalizada dos preços, estimulando assim o consumo e evitando, desta forma, recuos no PIB.

A inflação na área do Euro conheceu uma queda generalizada refletindo não só a maior restritividade da política monetária, mas também o abrandamento das pressões sobre os custos e o alívio nos estrangulamentos nas cadeias de abastecimento.

Contudo, as pressões internas sobre os preços permaneceram elevadas, principalmente devido a um forte crescimento dos salários, a par de uma queda da produtividade. As previsões são para uma descida mais lenta no próximo ano, devido a novos efeitos de base em sentido ascendente e à descontinuação de anteriores medidas orçamentais destinadas a limitar as repercussões do choque sobre os preços dos produtos energéticos.

O Conselho do BCE decidiu, no entanto, na sua última reunião do ano de 2023, manter as taxas de juro diretoras inalteradas. Com o foco no seu propósito de assegurar o retorno atempado da inflação ao seu objetivo de médio prazo de 2%.

Na **China**, a taxa de crescimento esperada para 2023 é de 5,2%, impulsionada pelo levantamento das medidas de contenção relacionadas com a pandemia e uma recuperação mais generalizada do consumo, não obstante a fraqueza do setor imobiliário residencial, cuja desaceleração intensificou-se à medida que os preços e as vendas dos imóveis caíram.

As autoridades implementaram várias medidas de estímulo, incluindo a redução das taxas de juro e dos requisitos de depósito para compra de imóveis, enquanto a emissão da dívida pública foi ampliada para apoiar os gastos.

A produção industrial e as vendas a retalho consolidaram a sua recuperação no início do último trimestre do ano, em particular com a compra de automóveis e viagens. Ao mesmo tempo, a produção e o consumo de bens e serviços estreitamente relacionados com o mercado imobiliário continuaram a registar um crescimento moderado, sugerindo uma recuperação em curso a duas velocidades na economia chinesa.

No que respeita à inflação global homóloga medida pelo IPC, abrandou muito, tendo regressado a terreno negativo nos últimos meses do ano. O abrandamento ficou a dever-se, principalmente, a uma descida mais acentuada dos preços dos produtos alimentares.

A deflação que a China enfrenta e as suas consequências em relação à inibição de investimentos e expansão económica, comprometem, assim, as perspetivas para a evolução da economia.

No **Reino Unido,** o aumento da restritividade da política monetária afetou profundamente a despesa das famílias e o investimento privado. O crescimento económico real estabilizou-se no terceiro trimestre de 2023, com a procura interna mais fraca a compensar um contributo particularmente positivo das exportações de serviços.

Num contexto de política orçamental e monetária restritiva, a atividade económica em 2023 permaneceu modesta, mas com sinais emergentes de recuperação potencial, sobretudo no final do ano.

Um dos principais impulsionadores das perspetivas de melhoria, ainda que cautelosas, é a redução da taxa de inflação. Caindo para 3,9% em novembro, o valor mais baixo desde setembro de 2021, esta diminuição da inflação levou ao crescimento dos salários reais, o que, por sua vez, deverá impulsionar os gastos dos consumidores.

A taxa de crescimento esperada para a economia do Reino Unido em 2023 é de apenas 0,5%.

No **Japão**, em 2023, houve uma recuperação do crescimento económico cuja previsão de taxa de crescimento é de 1,8%, graças à procura pós-pandemia, à recuperação das exportações e pela evolução do turismo interno.

Não obstante a taxa de inflação ter permanecido acima do objetivo durante mais de um ano, o Banco do Japão continuou a manter uma política monetária acomodatícia, tendo, entretanto, reduzido o controlo da curva de rendimentos e permitido a subida de taxas a mais longo prazo.

O fraco crescimento dos seus principais parceiros comerciais pesou, contudo, nas exportações, compensando o apoio à procura interna decorrente de uma expectativa de recuperação dos salários reais num contexto de mercados de trabalho restritivos e de abrandamento da inflação.

A recuperação das **EMDE's** da recessão causada pela pandemia tem sido, no geral, modesta e, notavelmente mais lenta do que a recuperação da crise financeira global de 2008/2009.

Por detrás desta recuperação pós pandemia pode-se indicar **(i)** os efeitos das apertadas condições financeiras globais; **(ii)** uma fraca recuperação do comércio global; **(iii)** forte aperto da política monetária para conter a inflação; **(iv)** desaceleração da China e **(v)** aumento de conflitos a acrescer à tendência de longo prazo no crescimento das EMDE's, incluindo a China, devido à desaceleração dos investimentos e do crescimento da produtividade; a desaceleração da força de trabalho em meio ao envelhecimento da população e a diminuição dos benefícios de crescimento das melhorias na educação e na saúde.

Excluindo a China, o crescimento previsto das EMDE's em 2023 é de 3,2% (4%, incluindo a China).

O crescimento dos **LICs** em 2023 foi especialmente aquém das expectativas, desacelerando para 3,5%.

Este desempenho teve como base, em grande medida, as consequências económicas do novo conflito civil no Sudão e do golpe no Níger. De um modo mais geral, o conflito em curso na região do Sahel continuou a pesar sobre o crescimento desta região.

Em 2023, a economia **portuguesa** conheceu uma desaceleração face ao ano anterior, tendo crescido, segundo as previsões mais recentes do INE, em 2,3%.

O abrandamento económico reflete o menor dinamismo dos principais parceiros comerciais e ainda os efeitos da inflação e as medidas de política monetária restritivas de combate à inflação que agravou as condições de financiamento.

Os contributos positivos para esta evolução da economia vieram da forte procura interna embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. A procura externa líquida, apesar de menos intensa do que no ano de 2022, também deu o seu contributo positivo, tendo as exportações e as importações de bens e serviços em volume desacelerado consideravelmente.

No que respeita ao mercado de trabalho, em 2023, o emprego permaneceu resiliente embora com indicações de abrandamento na segunda metade do ano. O desempenho do emprego esteve associado ao maior dinamismo relativo da atividade nos serviços, mais intensivos em mão de obra. A oferta de trabalho deverá continuar a aumentar, sustentada num aumento da imigração e da taxa de atividade que compensam o efeito do envelhecimento da população.

Conforme as estatísticas do INE, a inflação média anual foi de 4,3% em 2023, refletindo um abrandamento face aos 7,8% de variação registada em 2022 e é explicado pela descida dos preços da energia e dos bens alimentares não transformados.

É de se referir, ainda, que os preços no consumidor evidenciaram uma trajetória decrescente ao longo do ano, tendo a desaceleração do IPC sido verificada na maioria das categorias de produtos, refletindo o efeito base associado ao aumento de preços em 2022, a diminuição dos preços dos bens energéticos no primeiro semestre e no final do ano, bem como a isenção do IVA aplicada a alguns bens alimentares essenciais a partir de maio.

O padrão de crescimento da **economia africana** em 2023 é semelhante ao crescimento global, isto é, abrandamento da atividade económica. No continente africado, este abrandamento é explicado pela estagnação contínua da economia mundial; pelas elevadas taxas de inflação e pelos elevados níveis de endividamento.

As perspetivas em relação ao crescimento do PIB das diferentes regiões do continente em 2023 são de 3,4% para a África Ocidental e Central e 3% para a África Oriental e

Austral. O desempenho continental continua a ser afetado por um menor crescimento das suas maiores economias, nomeadamente, a África do Sul, pela crise energética que vem se agravando e a Nigéria, pela moderada produção de petróleo.

Oitenta por cento das dez maiores economias da África Subsariana estão a crescer a taxas inferiores à sua média de crescimento de longo prazo, incluindo o Sudão, a Nigéria, Angola e a Etiópia.

A atividade económica na região é condicionada ainda pelo aumento dos conflitos e da violência que poderá ser exacerbada por choques climáticos. No Sudão, por exemplo, prevê-se que a atividade económica registe uma contração de 12% devido ao conflito interno que está a interromper a produção, a destruir o capital humano e a debilitar a capacidade do Estado.

A década 2015-2025 será, potencialmente, uma década perdida em termos de crescimento, na medida em que se prevê uma contração a uma taxa média anual *per capita* de 0,1%.

Em 2023 a inflação deverá manter-se elevada (não obstante menor do que o ano anterior) e acima dos intervalos dos objetivos dos bancos centrais para a maioria dos países. A inflação elevada é explicada pelo aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, de moedas mais fracas e do fraco crescimento do investimento.

Comércio Global

Perante a normalização dos padrões de consumo após a pandemia, o desempenho do comércio mundial esteve fraco, tendo sido considerado o mais lento fora das recessões globais nos últimos 50 anos.

As previsões para o crescimento anual do comércio para o ano de 2023 são de 0,2% sendo este fraco desempenho explicado pelos seguintes fatores: **(i)** uma composição do crescimento mundial menos assente no comércio, em virtude de uma maior quota de consumo na procura interna; **(ii)** um maior contributo para o crescimento mundial por parte das economias emergentes, cuja elasticidade do comércio é menor e **(iii)** a normalização de alguns fatores relacionados com a pandemia que apoiaram o crescimento do comércio até 2022.

Estes últimos fatores estão relacionados com a passagem da procura de bens para serviços, perante a total flexibilização das medidas de contenção relacionadas com a pandemia. O comércio de serviços continuou a se recuperar dos efeitos da pandemia, mas em um ritmo mais lento do que o inicialmente esperado.

É de se referir que o recente conflito no Oriente Médio teve até agora apenas um impacto discreto nos preços das *commodities.* Em 2023 como um todo, a maioria dos preços das *commodities* enfraqueceu em graus variados; no entanto, permanecem acima dos níveis pré-pandemia.

Mercados Financeiros

O ano de 2023 foi marcado pelo combate à inflação traduzido numa maior restritividade das políticas monetárias e pelo agravamento das condições de financiamento. Nos últimos meses do ano, os mercados financeiros estiveram marcados por repercussões decorrentes de flutuações consideráveis nas taxas de rendibilidade das Obrigações do Tesouro dos Estados Unidos e por divulgações de dados relativos à inflação na área do Euro inferiores ao previsto.

As condições financeiras mundiais eram flutuantes, tendo em conta as mudanças das expectativas sobre a trajetória das taxas de juros futuras. Tornaram-se mais restritivas nas economias avançadas, à medida que as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas de longo prazo aumentavam.

Contudo, esta maior restritividade foi mais do que invertida depois de a inflação se ter situado ligeiramente abaixo das expetativas em várias jurisdições, enquanto alguns bancos centrais também atenuaram a sua comunicação sobre a eventual necessidade de aumentos adicionais das taxas de juro.

Nos Estados Unidos, as expetativas de mercado de que a inflação iria abrandar ainda mais num contexto de crescimento resiliente, impulsionaram uma deslocação em sentido descendente das expetativas de política monetária. Em geral, o preço dos ativos de maior risco acompanhou as flutuações das taxas de juro.

Nos mercados cambiais, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro, medida face às moedas de 41 dos principais parceiros comerciais da área do euro, registou uma ligeira depreciação em termos ponderados pelo comércio. A depreciação moderada do euro oculta algumas flutuações intra-período que refletem alterações nas expetativas dos participantes no mercado quanto às taxas diretoras – em particular nos Estados Unidos.

Em termos de movimentos cambiais bilaterais face às moedas dos principais parceiros comerciais, o euro enfraqueceu face ao Renminbi da China, ao franco suíço e face às moedas de alguns Estados-Membros da UE não pertencentes à área do euro.

Nos últimos meses de 2023, o Euro apreciou-se face ao Dólar dos Estados Unidos refletindo a expectativa de que a restritividade da política monetária da Reserva Federal dos EUA estaria no fim, optando por fazer uma pausa, enquanto o Banco Central Europeu deveria prosseguir com a sua postura restritiva. Além disso, um valor do IPC dos Estados Unidos inferior ao esperado deu um apoio adicional ao euro, embora tenha sido parcialmente contrabalançado pela posterior divulgação do IHPC da área do euro, que também se situou aquém das expetativas.

4.2 Situação Económica Nacional

A atividade económica nacional em 2023 teve como base os sinais de recuperação pós pandemia apoiados na retoma dos fluxos turísticos.

No entanto, o crescimento da economia esteve bastante moderado tendo em conta a conjuntura internacional que prevaleceu durante o ano, conforme os fatores de incertezas, nomeadamente a guerra na Europa, os conflitos no Médio Oriente e a inflação generalizada, com o aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, dos combustíveis e o aumento das taxas de juros a nível internacional.

A procura mais contida, os critérios de concessão de crédito mais restritos para as empresas e a moderação da procura externa turística condicionaram o crescimento económico a quase todos os setores de atividade, com particular destaque para os serviços ligados ao turismo.

A procura interna esteve mais fraca devido, essencialmente, à redução do investimento e à desaceleração no consumo privado, conforme indicam os indicadores quantitativos do terceiro trimestre do ano.

A redução do investimento é explicada pela fraca procura; pelos custos de produção e de construção mais elevados; pelos critérios de concessão de crédito ligeiramente mais restritivos, afetando a procura de financiamento, bem como, as dificuldades financeiras por que passam algumas empresas.

Por seu lado, o impacto adverso dos picos inflação sobre os rendimentos reais dos consumidores e, consequentemente, sobre as suas decisões de consumo, explicam o desempenho do consumo privado.

Em relação à oferta, por um lado, as reduções no valor acrescentado bruto dos ramos da Construção, Comércio e Reparação e Agricultura, Pecuária e Silvicultura, e, por outro lado, as desacelerações registadas no valor acrescentado bruto dos ramos de Alojamento e Restauração e Transportes e Armazenagem explicam o abrandamento da atividade económica nacional.

Com base nos principais indicadores de desempenho da economia nacional e, sem se descurar do facto de a economia nacional se assentar, fundamentalmente, em uma economia de serviços, dependente de fluxos externos (entre os quais as remessas dos emigrantes, investimentos, ajuda externa ou dívida pública) e, considerando ainda os impactos da conjuntura económica internacional, tendo em conta a recuperação da atividade ocorrida no último trimestre do ano, bem como o abrandamento da inflação, espera-se, em 2023, um crescimento do PIB nacional de 4,5%, conforme as previsões do Banco Mundial.

A taxa de inflação conheceu uma evolução descendente em 2023 em Cabo Verde, tendo em conta a queda dos preços dos produtos energéticos e a fraca procura derivada da retração do consumo.

Prevê-se que a inflação média anual reduza, em 2023, para os 3,1%.

Para esta variação, destaca-se o contributo das classes da Alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação homóloga de 5,1% (4,5% no mês anterior e 15,8% em dezembro de 2022) e dos Hotéis, restaurantes, cafés e similares, com uma variação homóloga de 3,6% (3,7% no mês anterior e 7,4% em dezembro de 2022).

Por seu lado, destacam-se as seguintes classes com maiores variações homólogas negativas: Comunicações, com uma variação homóloga de -9,7% (-9,7% no mês anterior e 0,6% em dezembro de 2022), dos Transportes, com uma variação homóloga de -3,2% (-3,3% no mês anterior e 8,8% em dezembro de 2022) e do Vestuário e calçado, com uma variação homóloga de -2,9% (-1,0% no mês anterior e 1,5% em dezembro de 2022).

No que diz respeito às **contas externas**, no terceiro trimestre do ano, contrariamente ao que se verificou no segundo trimestre, houve uma melhoria tendo em conta o aumento do stock das reservas internacionais líquidas.

O défice da balança corrente apresentou uma deterioração face ao trimestre anterior, explicada, principalmente, pela redução das exportações de serviços de transportes aéreos e das reexportações de combustíveis e viveres nos portos e aeroportos nacionais, pelo aumento dos rendimentos de investimento direto expatriados e dos pagamentos de juros da dívida externa pública, bem como, pelo abrandamento registado nas transferências oficiais correntes e nas exportações de serviços de viagens de turismo. Este último, tendo em conta a evolução da procura turística no período.

No entanto, a contribuir positivamente para a evolução da balança corrente, destacou-se o aumento das outras transferências correntes privadas, das remessas dos emigrantes e a queda das importações de bens.

O saldo da balança de capital reduziu em resultado da queda nas transferências de capital, tanto oficiais como privadas.

A balança financeira (excluindo os ativos de reserva) ficou marcada por uma redução dos influxos líquidos de financiamento para a economia. Esta evolução traduziu, sobretudo, o aumento dos ativos externos líquidos dos bancos, bem como, as reduções registadas nos desembolsos líquidos da divida externa pública (com os pagamentos das amortizações a superarem os desembolsos da dívida) e no investimento direto estrangeiro realizado em Cabo Verde.

A **situação monetária e financeira** reflete uma expansão da massa monetária como resultado dos aumentos registados nos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e do Banco de Cabo Verde, em particular, nas reservas internacionais líquidas.

O desempenho do crédito interno líquido foi condicionado, essencialmente, pela redução do crédito ao governo central que, por sua vez, conheceu uma queda devido às reduções registadas no *stock* de emissão de bilhetes do tesouro e de outros créditos. O crédito à economia, por sua vez, cresceu até o terceiro trimestre do ano, não obstante uma evolução homóloga desfavorável.

A evolução menos favorável da atividade económica nacional, o impacto adverso da elevada inflação nos rendimentos reais e nas decisões de consumo e de investimento,

afetando a procura de novos empréstimos, bem como, os critérios de aprovação pelos bancos de novos empréstimos ligeiramente mais restritivos, poderão explicar este comportamento do crédito à economia.

Em termos de componentes, a expansão da liquidez na economia, traduziu a evolução dos passivos monetários e quase monetários. Os passivos monetários cresceram, refletindo essencialmente, o aumento dos depósitos à ordem em moeda nacional. Por seu turno, os passivos quase monetários aumentaram, determinado, sobretudo, pelo crescimento dos depósitos a prazo em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e depósitos de emigrantes. De referir, no entanto, um abrandamento no ritmo de crescimento dos depósitos de poupança. O uso das poupanças para fazer face à conjuntura atual de quebra no poder de compra causada pela elevada inflação, poderão estar na origem da evolução destes depósitos.

Em termos da política monetária, o Banco de Cabo Verde, após um período em que adotou um conjunto de medidas de política monetária acomodatícias, para fazer face aos efeitos da crise pandémica na economia nacional, em maio deu início à normalização gradual da sua política monetária, com a subida das taxas de juro de referência. Seis meses depois decidiu voltar a aumentar as principais taxas de juro, designadamente a taxa diretora em 25 p.b para 1,25%, as taxas das facilidades permanentes de cedência de liquidez e de absorção de liquidez em 25 p.b e 15 p.b, para 1,50% e 0,70%, respetivamente.

A adoção desta política monetária por parte do Banco Central teve por base os últimos desenvolvimentos macroeconómicos, caracterizados por uma trajetória descendente da inflação, não obstante manter-se ainda em níveis elevados e os riscos associados ao processo de normalização da política monetária pelos principais bancos centrais internacionais, em particular o Banco Central Europeu (BCE), que resultou no alargamento do diferencial das taxas de juros de referência face às da Zona Euro, com potencial impacto nos fluxos de capitais externos.

As **contas públicas** registaram uma evolução favorável refletindo o aumento das receitas fiscais, das outras receitas e das transferências (em donativos), bem como, o abrandamento das despesas correntes e das despesas com ativos não financeiros.

As receitas fiscais, não obstante, no terceiro trimestre terem crescido em termos homólogos, registaram uma moderação face ao crescimento do trimestre anterior. Esta evolução menos favorável traduziu, em grande medida, o abrandamento da atividade económica nacional. Com efeito, os impostos sobre o rendimento de pessoas coletivas, os impostos sobre o valor acrescentado, sobre as transações internacionais e sobre o consumo especial conheceram variações positivas de menor dimensão comparativamente ao trimestre anterior.

As outras receitas, por seu turno, registaram um aumento, traduzindo o aumento expressivo dos rendimentos de propriedade, associado à entrada de receitas provenientes da renda de concessões aeroportuárias, bem como, o aumento da venda de bens e serviços (cobrança de taxas de prestação de serviços). Por sua vez, as transferências (em donativos) registaram uma moderação no crescimento trimestral.

As despesas correntes registaram um decréscimo no terceiro trimestre tendo em conta: **(i)** a queda nas despesas com pessoal devido ao atraso no processamento do pagamento das contribuições sociais e à redução do quadro de pessoal com aposentações; **(ii)** a redução nas outras despesas correntes, resultante sobretudo, do efeito de base descendente do pagamento às organizações não-governamentais da subvenção do Estado referente às eleições ocorridas em anos anteriores, bem como, da redução no pagamento de indeminizações; e, **(iii)** a moderação nas despesas com aquisição de bens e serviços, benefícios sociais, transferências, juros e subsídios.

As despesas com ativos não financeiros apresentaram, igualmente, um abrandamento para o qual contribuiu, essencialmente, a redução registada na compra de ativos financeiros e, em particular, nas despesas com a execução do programa de investimentos.

A melhoria das necessidades de financiamento do Estado determinou um menor recurso ao endividamento. O endividamento líquido foi negativo com as amortizações da dívida a superarem os desembolsos. Com efeito, o *stock* da dívida do Estado incluindo e excluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), reduziu no terceiro trimestre de 2023.

4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde

Dados provisórios de dezembro de 2023 indicam que o mercado segurador Cabo-Verdiano registou um aumento de cerca de 520 mil contos face a 2022, representando um crescimento de 15,1% da produção de Seguro Direto, a qual atingiu os 3,9 Milhões de contos significando um menor crescimento face aos 17,2% observados em 2022 face a 2021.

O crescimento do Turismo e a manutenção do mesmo nível das remessas dos emigrantes suportaram o referido crescimento do mercado segurador.

O referido crescimento do mercado percentualmente foi 48,6% no ramo Vida e 9,5% no Não Vida.

O Vida passou de 498 mil contos para 740 mil contos e aumentou o peso de 14% para 18,7% do total do Mercado.

O Ramo Não Vida ultrapassou os 3,2 milhões de contos contra 2,9 milhões de 2022.

Podemos assim afirmar que o setor segurador nacional manteve a sua posição de solidez, credibilidade e resiliência, conseguindo assegurar de forma eficaz a proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Em termos legislativos, no decurso do ano de 2023, somente duas legislações foram publicadas e que tiveram impacto direto ou indireto no âmbito do mercado Segurador Nacional nomeadamente o Aviso 01-2023 - Regulamento da Tarifa do SOAT DP – Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais que procedeu à primeira

alteração do Aviso n.º 12/2020, de 30 de dezembro e o Decreto-Lei 2-2023 - Regime Jurídico de embarcações recreio e turismo náutico;

Não obstante terem sido publicados em 2020, convém realçar que em virtude dos impactos adversos da pandemia do Corona Vírus, só a partir de 1 de Janeiro de 2023 é que efetivamente entraram em vigor os novos diplomas do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (SOATDP), nomeadamente o Decreto-lei nº 58/2020 de 29 de julho que estabelece o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, bem como os avisos do Banco de Cabo Verde 11/2020 que estabelece a Parte Uniforme das Condições Gerais das Apólices de Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais para Trabalhadores por Conta de Outrem e Trabalhadores Independentes e o Aviso 12/2020 referente a Regulamentação da Tarifa do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, a adotar pelas seguradoras autorizadas a explorar o ramo.

Em resumo, podemos dizer que as principais alterações que passarão a vigorar ao nível do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais com a entrada em vigor dos novos diplomas a partir de 1 de Janeiro de 2023 de entre outos, foram as seguintes:

- Redefinição do diploma, passando a designar-se por Seguro Obrigatório de acidentes de trabalho e doenças profissionais;

- Alargamento do conceito de acidentes de trabalho;

- Exigência de subscrição de uma apólice uniforme do seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, para trabalhadores independentes e para trabalhadores por conta de outrem;

- Revisão do quadro de tarifas de prémios em diploma separado com nova fórmula de calculo do prémio, redefinição das classes de risco que foram alargadas e estabelecimento de um sistema de bónus/málus;

- Aumento das percentagens para as indemnizações e pensões bem como dos coeficientes de expectativa de vida para cálculo das provisões matemáticas de pensões;

- Revogação do plafond salarial de nove mil escudos anteriormente previsto, passando a ter em conta o salário efetivo do trabalhador, e criação de critérios para o cálculo da retribuição de referência.

- Criação de um regime de fiscalização do cumprimento das normas do SOAT, a cargo da IGT, bem como a criação de normas sancionatórias com definição dos limites das coimas.

o Decreto-lei nº 58/2020 de 29 de julho que estabeleceu o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais aplica-se aos acidentes que ocorrerem após a data da sua entrada em vigor e às doenças profissionais cujo diagnóstico inequívoco e início de incubação se verifiquem após a data referida na alínea anterior.

No que concerne as alterações legais efetivamente publicadas durante o ano de 2023 e que tiveram impacto na atividade seguradora Caboverdiana, temos a destacar as seguintes:

Aviso 01-2023 - Regulamento da Tarifa do SOAT DP – Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

São alterados os artigos 4º, 6.º e 8.º do Aviso n.º 12/2020, de 30 de dezembro, os quais passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º Refere-se a tabela tarifária das diversas atividades económicas

[…]

(…)

(…)

Artigo 6.º

(…)

1. O prémio anual pode ser fracionado, sendo agravado em 3%, 4%, 5% ou 6 %, consoante se trate do fracionamento de duas, três, quatro ou doze prestações, respetivamente.

2. […].

Artigo 8.º

(…)

O disposto no presente Aviso é aplicável, a partir de 01 de maio de 2023, a todos os contratos de seguros relativos ao Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Artigo 3.º

(Aditamento)

É aditado o número 4.º - A ao Aviso n.º 12/2020, de 30 de dezembro, o qual passa a ter a seguinte redação:

Artigo 4.º - A

(Seguros temporários)

1. As empresas de seguros podem celebrar contratos de seguros temporários, com a duração mínima de 30 dias.

2. Os prémios dos seguros temporários relativos aos contratos de seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais devem ser calculados de acordo com a tabela pro-rata temporis abaixo, por cada intervalo de período:

N.º de dias	Percentagem/Prémio Anual
Até 30	20%
De 31 até 60	35%
De 61 até 90	50%
De 91 até 180	80%
De 181 até 365	100%

Artigo 8.º - A

(Revisão)

O presente Aviso será obrigatoriamente revisto no prazo de dois anos.

Artigo 4.º

(Republicação)

É republicado, em anexo, o Aviso n.º 12/2020, de 30 de dezembro, com as alterações ora introduzidas.

Decreto-Lei 2-2023 de 12 de Janeiro - Regime Jurídico de embarcações recreio e turismo náutico

Alteração e republicação do Regime das Actividades de Recreio e Turismo Náutico, aprovado pelo Decreto-lei n.º 37/2015, de 29 de julho, ficando alterado no que respeita, designadamente, às definições de Administração Marítima e embarcação de recreio e sua classificação, à gestão e ordenamento, aos tipos e ao licenciamento de pesca amadora e desportiva.

Artigo 1º

Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração do Decreto-lei n.º 37/2015, de 29 de julho, que estabelece o regime das atividades de recreio e turismo náutico e da sua exploração económica.

CAPÍTULO II

SEGUROS OBRIGATÓRIOS

Artigo 73º

Regras gerais

1 - Sendo obrigatória a subscrição de seguro nos termos do presente título, a respetiva apólice é sempre exigida para efeitos de licenciamento.

2 - São nulas as licenças atribuídas sem a apresentação da apólice de seguro obrigatório.

3 - Verificando-se a extinção da apólice de seguro obrigatório por qualquer motivo, o titular comunica imediatamente esse facto à entidade licenciadora e suspende a atividade até que seja apresentada junto desta, comprovativo da renovação da apólice ou da celebração de novo contrato de seguro.

Artigo 74º

Seguro obrigatório para o exercício de atividades

1 - Os proprietários de ER ou de outras embarcações utilizadas em atividades marítimo-turísticas subscrevem obrigatoriamente um seguro de responsabilidade civil que cubra os danos causados a terceiros pela embarcação.

2 - Os operadores marítimo-turísticos subscrevem obrigatoriamente um seguro de responsabilidade civil que cubra a responsabilidade por acidentes e por danos causados a trabalhadores, clientes ou terceiros no exercício da atividade.

3 - O montante e as condições mínimas dos seguros obrigatórios referidos no presente artigo são fixados:

a) Por regulamento aprovado pela Administração Marítima após homologação pelo membro do Governo responsável pelos assuntos do mar, no caso do n.º 1.

b) Por despacho do membro do Governo responsável pelo turismo, no caso do n.º 2.

O presente diploma entrou em vigor no dia 13 de janeiro de 2023.

5. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS

	2 023	2 022	Var 23 / 22 ABS	Var 23 / 22 %
Produção				
Vida	354 226	164 630	189 596	115,2%
Não Vida	1 182 471	1 100 400	82 072	7,5%
IMPAR	**1 536 697**	**1 265 029**	**271 668**	**21,5%**
Vida	740 305	498 261	242 044	48,6%
Não Vida	3 224 493	2 945 984	278 509	9,5%
Mercado	**3 964 798**	**3 444 245**	**520 553**	**15,1%**
Vida	47,8%	33,0%		14,8%
Não Vida	36,7%	37,4%		-0,7%
Quota	**38,8%**	**36,7%**		2,0%
Seguro Directo	**506 760**	**430 178**	**76 582**	**17,8%**
Prémios	1 536 697	1 265 029	271 668	21,5%
Sinistros	(492 842)	(479 884)	(12 958)	2,7%
Provisões	(321 716)	(146 021)	(175 695)	120,3%
Custos	(215 379)	(208 947)	(6 432)	3,1%
Resseguro	**(210 215)**	**(202 278)**	**(7 937)**	**3,9%**
Prémios	(490 572)	(412 558)	(78 014)	18,9%
Sinistros	146 216	107 474	38 741	36,0%
Provisões	45 687	28 999	16 688	57,5%
Custos	88 454	73 806	14 647	19,8%
Resultados				
Resultado Técnico	**296 545**	**227 900**	**68 645**	**30,1%**
Seguro Directo	506 760	430 178	76 582	17,8%
Resseguro	(210 215)	(202 278)	(7 937)	3,9%
Resultado Bruto	**832 512**	**852 050**	**(19 538)**	**-2,3%**
Técnico	296 545	227 900	68 645	30,1%
Não Técnico (*)	535 967	624 150	(88 183)	-14,1%
Resultado Liquido	**756 987**	**793 314**	**(36 327)**	**-4,6%**
Resultado Bruto	832 512	852 050	(19 538)	-2,3%
Imposto sobre o lucro	(75 525)	(58 736)	(16 789)	28,6%
Investimentos	**5 445 772**	**4 726 159**	**719 613**	**15,2%**
Financeiros	4 910 777	4 188 420	722 357	17,2%
Terrenos e Edificios	534 995	537 739	(2 744)	-0,5%
Provisões Técnicas	**1 794 554**	**1 464 365**	**330 189**	**22,5%**
Seguro Directo	2 368 663	1 933 651	435 013	22,5%
Resseguro	(574 110)	(469 286)	(104 824)	22,3%
Capital Próprio	**4 093 392**	**3 480 075**	**613 317**	**17,6%**
Capital Social	400 000	400 000	-	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	2 936 405	2 286 761	649 644	28,4%
Resultado do Exercício	756 987	793 314	(36 327)	-4,6%
Indicadores				
Rácio de Sinistralidade	32,1%	37,9%		-5,9%
Rácio de Despesa	14,0%	16,5%		-2,5%
Rácio Combinado	**46,1%**	**54,5%**		**-8,4%**
Taxa de Provisionamento	-20,9%	-11,5%		-9,4%
Rentabilidade técnica bruta	**33,0%**	**34,0%**		**-1,0%**
Taxa de Cedência (saldo de resseguro)	-13,7%	-16,0%		2,3%
Rentabilidade técnica liquida	**19,3%**	**18,0%**		**1,3%**
Rentabilidade não técnica	34,9%	49,3%		-14,5%
Rentabilidade bruta	**54,2%**	**67,4%**		**-13,2%**
Fiscalidade	4,9%	4,6%		0,3%
Rentabilidade liquida	**49,3%**	**62,7%**		**-13,5%**
Taxa efectiva de imposto	**9,1%**	**6,9%**		**2,2%**

(*) inclui todos os rendimentos

6. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2023

6.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2023, a ÍMPAR manteve o foco em medidas delineadas para a consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido o crescimento dos prémios em segmentos de maior rendibilidade, a promoção da redução da taxa de sinistralidade e melhoria dos rendimentos financeiros.

No que tange à Produção, a Companhia registou um crescimento de 21,5%, tendo atingido um volume de prémios de 1.536 milhões de contos contra os 1.265 milhões de contos de 2022. A produção cresceu 271.668 contos, sendo 189.596 do ramo Vida.

A rúbrica de custos com sinistros apresentou o valor de 492.842 contos, representando um acréscimo 2,7% face aos 479.884 contos de 2022. No ramo Automóvel nota-se o efeito da passagem da pandemia no sentido de maior procura na compra de automóveis e consequente aumento de circulação.

Ao nível do Resseguro Cedido a IMPAR manteve a sua política de cedência, caracterizada pelo rigor na escolha dos seus Resseguradores. Assim, renovaram-se as participações com basicamente o mesmo leque do ano anterior. O resultado do resseguro cedido, situou-se nos 210.215 contos com uma variação positiva de 3,9% face a 2022.

A política de investimentos adotada pela IMPAR, permitiu um retorno dos seus ativos na ordem dos 61.245 contos representando um aumento dos resultados financeiros na ordem dos 77% face a 2022.

O resultado líquido depois da estimativa de imposto situou-se nos 756.987 contos, 36.327 contos abaixo dos 793.314 contos do ano 2022, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela valorização dos imóveis de rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 251.751 contos, mais 61.700 contos do que os 190.052 contos gerados no exercício anterior.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR na melhoria da qualidade do serviço aos clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

6.2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Var 23/22%
Ramo / Grupo Ramos	2023	%	2022	%	
Vida	354 226	23%	164 630	13%	115%
Total I	**354 226**	**23%**	**164 630**	**13%**	**115%**
Não Vida					
Acidentes e doença	276 886	18%	213 852	17%	29%
Incêndio e outros danos	226 780	15%	159 108	13%	43%
Automóvel	440 911	29%	474 986	38%	-7%
Maritimo, aéreo e transportes	165 069	11%	180 771	14%	-9%
Responsabilidade civil geral	59 559	4%	58 571	5%	2%
Crédito e caução	13 265	1%	13 112	1%	1%
Total II	**1 182 471**	**77%**	**1 100 400**	**87%**	**7%**
Total I + II	**1 536 697**	**100%**	**1 265 029**	**100%**	**21%**

A produção cresceu 271.668 contos (+21,5%) sendo que destes, 173.749 devem-se aos produtos financeiros do ramo Vida.

Os restantes ramos cresceram 97.919 contos (8,5%) destacando-se os Acidentes com mais 63.064 (+29,5%), o Automóvel com menos 34.075 (-7,2%) e o ramo Incêndio com mais 67.672 (+42,5%).

Nos Acidentes o crescimento é devido ao SOATDP que apresenta uma variação de 66.941 (+63,0%.

A carteira apresentou uma boa performance (em termos de estabilidade da carteira), não obstante a estabilização dos ramos Não Vida. A produção de seguro direto atingiu 1.536697 contos em 2023, o que reflecte um crescimento de +21% em relação ao ano anterior.

O mercado segurador apresentou uma variação positiva de 15,1% relativamente a 2022.

O ramo Automóvel continuou a ter grande relevância na estrutura de prémios da Companhia.

6.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Custos com Sinistros				Var 23/22%
Ramo / Grupo Ramos	2023	%	2022	%	
Vida	61 100	12%	52 157	11%	17%
Total I	**61 100**	**12%**	**52 157**	**11%**	**17%**
Não Vida					
Acidentes e doença	-4 559	-1%	44 916	9%	-110%
Incêndio e outros danos	57 452	12%	56 976	12%	1%
Automóvel	321 397	65%	306 078	64%	5%
Maritimo, aéreo e transportes	39 070	8%	9 855	2%	296%
Responsabilidade civil geral	18 381	4%	9 900	2%	86%
Crédito e caução	0	0%	0	0%	
Total II	**431 742**	**88%**	**427 726**	**89%**	**1%**
Total I + II	**492 842**	**100%**	**479 884**	**100%**	**3%**

Os custos com sinistros de seguro direto em 2023 ascenderam a 492.842 contos registando-se globalmente um crescimento face ao ano anterior de 3%. Esta variação centra-se sobretudo ao nível dos ramos Acidentes, Transportes e Responsabilidade Civil.

No Vida o aumento deve-se a resgates dos produtos financeiros. No Acidentes a forte diminuição deve-se a processos que estavam em contencioso e que no início do ano a sentença foi favorável à Impar. Em Transportes estão reflectidos sinistros da CV Interilhas de valor alto, mas que estão cobertos pelo Resseguro.

No Automóvel o volume de sinistros atingiu os valores da pré-pandemia.

A taxa de sinistralidade da ÍMPAR situou-se nos 46,7%.

Taxa de Sinistralidade	2023	2022
		%
Não Vida		
Acidentes e doença	-1,6%	20,7%
Acidentes de Trabalho	-3,2%	35,8%
Acidentes Pessoais	-0,5%	3,4%
Doença	15,0%	15,5%
Incêndio e outros danos	32,2%	36,3%
Automóvel	72,4%	65,1%
Maritimo, aéreo e transportes	23,1%	7,6%
Responsabilidade civil geral	30,4%	17,9%
Diversos	0,0%	0,0%
Total	**48,5%**	**51,1%**

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

6.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2023, um valor de 2.368.663 contos resultando numa variação de mais 22%, relativamente a 2022.

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2023	2022	Var 23/22%
			mCVE
Provisão para Prémios Não Adquiridos	443 009	389 569	14%
Provisão Matemática Vida	583 910	319 804	83%
Provisão para Participação nos Resultados	4 406	2 701	63%
Provisão para Sinistros	**1 337 337**	**1 221 577**	**9%**
Vida	26 360	13 886	90%
	105 925	126 043	-16%
Automóvel	757 140	675 949	12%
Outros Ramos	447 913	405 699	10%
Total	**2 368 663**	**1 933 651**	**22%**

O aumento da Provisões Técnicas é consequência natural da excelência da carteira de prémios da Companhia, para fazer face as responsabilidades assumidas com os tomadores de seguros e o aumento em 2023 é dividido entre Provisões para prémios não adquiridos e Provisões Matemáticas Vida dos produtos Financeiros com as provisões para sinistros.

6.5 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2023 registou o montante de 210.215 contos, tendo apresentado uma variação positiva de 4% face ao ano anterior.

As variações ocorridas nos prémios e comissões e provisões pautam-se dentro da dinâmica normal da nossa actividade. Relativo a rubrica Sinistros no Não Vida, reflete a comparticipação dos resseguradores nos sinistros de elevado valor já referido.

A IMPAR apresentou um rácio de cedência dos prémios de 32%, 1 p.p. abaixo do ano anterior.

O Programa de Resseguro respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital. O leque de Resseguradores da ÍMPAR manteve o elevado grau de performance, segurança financeira e de capacidade técnica para dar resposta as nossas demandas. O aumento do limite de capital do nosso tratado de Fire & Engeneering, que passou de € 3.000.000,00 para € 4.000.000,00 deu-nos uma maior capacidade automática de subscrição de grandes riscos, diminuindo assim as necessidades de colocações em resseguro facultativo permitindo-nos ser mais céleres e competitivos.

Saldo Técnico Liquido de Resseguro*	2023	2022	Var 23/22%
Vida	**6 751**	**12 985**	**-48%**
Prémios	53 178	41 339	29%
Comissões	25 352	16 775	51%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	21 075	11 579	82%
NãoVida	**203 464**	**189 293**	**7%**
Prémios	437 394	371 219	18%
Comissões	63 102	57 031	11%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	170 828	124 894	37%
Resultado	**210 215**	**202 278**	**4%**

6.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2023 foi de 305.258 contos e apresenta um aumento de 33% em relação ao ano anterior.

mCVE

Saldo Técnico Liquido de Resseguro*	2023	2022	Var 23/22%
Acidentes e doença	194 023	98 885	96%
Incêndio e outros danos	29 538	28 911	2%
Automóvel	43 834	76 590	-43%
Maritimo, aéreo e transportes	25 898	10 858	139%
Responsabilidade civil geral	7 014	9 723	-28%
Crédito e caução	4 951	4 389	13%
Total	**305 258**	**229 356**	**33%**

* Sem custos imputados

6.7 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos de gestão apresentam um aumento de 4,7% face a 2022. Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam devido à prestação de serviços na área Informática e os Impostos aumentam fruto da Taxa de Supervisão aplicada aos prémios. A variação ocorrida nos está intimamente ligada com a atualização das remunerações dos Órgãos Sociais.

mCVE

Custos Operacionais	2023	2022	Var 23/22%
Custos com Pessoal	136 808	129 330	5,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	57 491	53 950	6,6%
Impostos	14 142	12 224	15,7%
Amortizações	13 718	16 639	-17,6%
Total	**222 159**	**212 142**	**4,7%**

6.8. INVESTIMENTOS

Em 2023, a carteira de investimentos da Companhia atingiu o valor 5.553.807 contos com uma variação positiva de 15,1% face ao ano anterior.

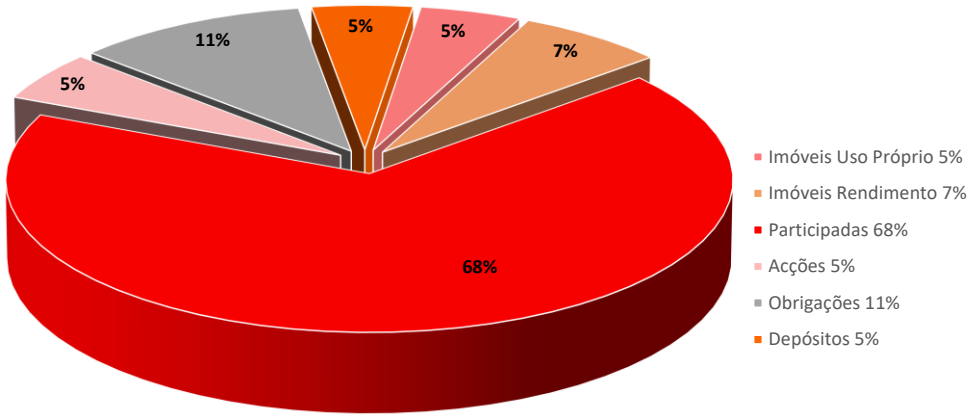
O investimento em Participadas representou a maior fatia com 68% do total da carteira, sendo de destacar a participação no BCN.

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação

adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia

Os Investimentos da IMPAR, excluindo as participadas, registaram uma rentabilidade média de 2,7% para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e a diversificação da carteira.

A composição da carteira de ativos no final de 2023 era a seguinte:



6.9 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2023, o quadro de pessoal ativo da IMPAR comportava um total de 73 colaboradores.

A idade média dos colaboradores da Companhia é de 40 anos e a antiguidade média é de 11 anos, podendo ser considerado um vínculo contratual estável. A estratégia definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros excelentes colaboradores, de modo que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no médio/longo prazo.

No que tange a distribuição por género, 75% são do género feminino e 25% masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, apurou-se 26 colaboradores com ensino superior, 45 com enquadramento no ensino secundário e 2 com ensino básico.

No âmbito da política de benefícios sociais a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, proporcionou aos seus colaboradores um conjunto de benefícios, nomeadamente Seguro de Vida, Seguro de Saúde que garante o reembolso parcial

das despesas médicas, Seguro Facultativo Acidentes de Trabalho, desconto nos demais Seguros Facultativos, concessão de empréstimos com bonificação nos juros.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2023, em cerca de 150 horas de formação, abrangendo 45 Colaboradores, em domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação de desempenho, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Mitigação e prevenção de riscos laborais;
- Políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos laborais.
- Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;
- Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;

• Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

6.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

mCVE

Resultados	2023	2022	23 / 22
Seguro Directo	**506 760**	**430 178**	**76 582**
Prémios Brutos	1 536 697	1 265 029	271 668
Prémios Diferidos	(55 905)	(63 347)	7 443
Sinistros Técnicos	(464 074)	(436 865)	(27 209)
Outras Provisões	(265 812)	(82 674)	(183 138)
Custos Exploração	(215 379)	(208 947)	(6 432)
Resseguro	**(210 215)**	**(202 278)**	**(7 937)**
Prémios Brutos	(490 572)	(412 558)	(78 014)
Prémios Diferidos	45 687	28 999	16 688
Sinistros Técnicos	146 216	107 474	38 741
Custos Exploração	88 454	73 806	14 647
Estrutura	**460 442**	**565 415**	**(104 973)**
Rendimentos de Investimentos	557 438	472 319	85 119
Outros Ganhos/Perdas	(21 471)	151 832	(173 302)
Imposto s/Lucros	(75 525)	(58 736)	(16 789)
Resultado	**756 987**	**793 314**	**(36 327)**

Os resultados incluem o valor da equivalência patrimonial do BCN e da IMOPAR, respectivamente, nos montantes de 488.465 contos e 6.556 contos, a valorização ao justo valor das acções da ENACOL no valor de 4.050 contos e a valorização positiva dos Imóveis de Rendimento no valor de 6.165 contos

Os rendimentos acima dão um total de 505.236 contos em 2023 e de 603.262 contos em 2022. Sem estes, o resultado líquido seria de 251.751 contos em 2023 e de 190.052 contos em 2022, ou seja, uma variação negativa de 98.027 contos.

6.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 18% passando a valer 4.093.392 contos, mais 613.317 contos em relação a 2022.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de Capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem

como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a implementação da Solvência II em Cabo Verde.

O rácio de cobertura da Margem de Solvência correspondente a 894%, situando-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

6.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Mantêm-se o sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, determinante para a proteção e fortalecimento da Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema acrescenta valor à Companhia e dota-a de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que foram instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;

- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;

- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;

- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2023 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);

- Implementação da função de controlo Actuarial;

- Cálculo trimestral do rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;

- Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

7. PERSPETIVAS PARA 2024

A consolidação do novo Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho com o consequente impacto nas provisões matemáticas caso haja um aumento da sinistralidade deste Ramo poderá trazer desafios acrescidos na rentabilidade deste Sector.

O mundo continua repleto de incertezas com os conflitos militares persistentes e tensões geopolíticas crescentes, com a agravante que para além destas incertezas e volatilidades, o ano de 2024 será um ano de eleições num conjunto de países que representam cerca de 60% da economia mundial, com espacial atenção nas eleições que vão ocorrer nos Estados Unidos da América.

Os impactos dessas eleições a nível da economia poderão ser enormes pelo que se afiguram grandes desafios no futuro próximo.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2023 os 756.986 contos, dos quais apenas 252.000 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 200.000 contos

Reservas livres: 556.986 contos

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo dos diferentes stakeholders para o bom desempenho da Companhia, na concretização dos seus objetivos e na implementação do plano estratégico.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua plena confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de cobertura dos seus riscos;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu acompanhamento e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo suporte dado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu crescente papel na comercialização dos produtos da Companhia;
- Ao Fiscal Único, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e aumento da capacidade de aceitação de riscos por nós subscritos;
- Aos nossos diversos prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua motivação, dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os nossos sinceros agradecimentos.

Cidade do Mindelo, 16 de fevereiro de 2024

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente

Paulo Jorge de Oliveira Lima
Vice-Presidente

António Raposo Correia
Administrador Delegado

Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador

Sandra Almiro Coimbra
Administradora

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

ACTIVO	Notas	2023			2022
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	121 496 880		121 496 880	189 100 177
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	3 755 642 762		3 755 642 762	3 254 290 805
Activos disponíveis para venda	18	294 365 186		294 365 186	69 513 643
Outros depósitos	19	260 000 000		260 000 000	260 000 000
Investimentos a deter até à maturidade	20	600 769 307		600 769 307	604 615 461
Terrenos e edifícios	21	643 030 550	(108 035 950)	534 994 600	537 739 060
Terrenos e edifícios de serviço próprio	21	227 216 016	(108 035 950)	119 180 066	169 095 900
Terrenos e edifícios de rendimento	21	415 814 534		415 814 534	368 643 160
Outros activos tangíveis	22	161 748 364	(148 937 012)	12 811 352	13 133 616
Inventários	22	391 354		391 354	391 354
Outros activos intangíveis	23	19 091 217	(18 909 480)	181 737	171 757
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	574 109 771		574 109 771	469 285 629
Provisões para prémios não adquiridos	24	204 564 340		204 564 340	158 877 423
Provisão para sinistros	24	369 545 431		369 545 431	310 408 206
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	703 567 711	(157 429 731)	546 137 980	252 890 342
Contas a receber por operações de seguro directo	25	400 354 492	(157 429 731)	242 924 761	215 712 082
Contas a receber por outras operações de resseguro	25	10 182 638		10 182 638	14 716 725
Contas a receber por outras operações	25	293 030 581		293 030 581	22 461 535
Activos por impostos	26	23 185 782		23 185 782	23 427 196
Activos por impostos correntes	26	-		-	1 624 829
Activos por impostos diferidos	26	23 185 782		23 185 782	21 802 367
Acréscimos e diferimentos	27	20 132 367		20 132 367	8 122 847
Outros elementos do activo	22	2 140 000		2 140 000	2 140 000
TOTAL DO ACTIVO		**7 179 671 251**	**(433 312 173)**	**6 746 359 078**	**5 684 821 887**

A Direcção Financeira **O Conselho de Administração**

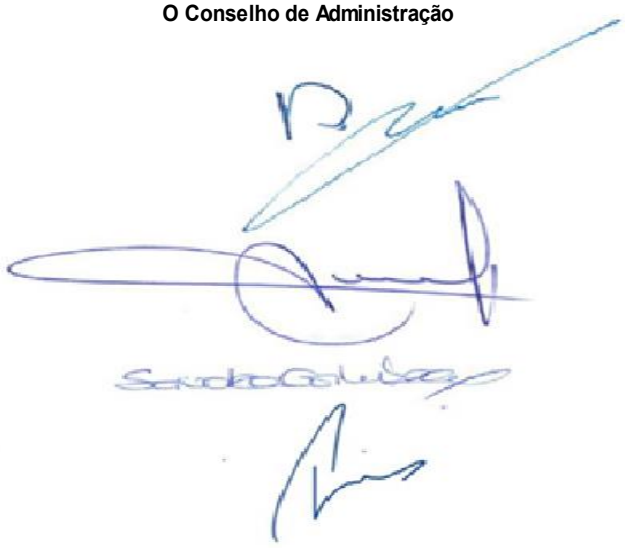
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2023	2022
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	30	400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	15 000	15 000
Por ajustamentos no justo valor		15 000	15 000
Outras reservas	31	2 394 727 375	1 751 414 807
Resultados transitados	31	541 662 423	535 331 039
Resultado do exercício	32	756 986 875	793 312 568
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		**4 093 391 673**	**3 480 073 414**
PASSIVO			
Provisões técnicas	24	2 368 663 382	1 933 650 615
Provisão para prémios não adquiridos	24	443 009 455	389 568 671
Provisão para seguros e operações do ramo vida	24	583 910 354	319 803 729
Provisão para sinistros	24	1 337 337 337	1 221 577 091
De vida	24	26 359 785	13 886 385
De acidentes de trabalho	24	105 924 697	126 042 612
De automóvel	24	757 140 231	675 948 652
De outros ramos	24	447 912 624	405 699 442
Provisões para participação nos resultados	24	4 406 236	2 701 124
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	192 445 656	187 272 212
Contas a pagar por operações de seguro directo	28	13 892 204	13 387 185
Contas a pagar por outras operações de resseguro	28	125 798 769	111 058 340
Contas a pagar por outras operações	28	52 754 683	62 826 687
Passivos por impostos	26	57 308 349	50 322 511
Passivos por impostos correntes	26	57 308 349	50 322 511
Acréscimos e diferimentos	27	17 850 059	16 803 175
Outras provisões	29	16 699 960	16 699 960
TOTAL PASSIVO		**2 652 967 405**	**2 204 748 472**
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		**6 746 359 078**	**5 684 821 887**

A Direcção Financeira **O Conselho de Administração**





CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

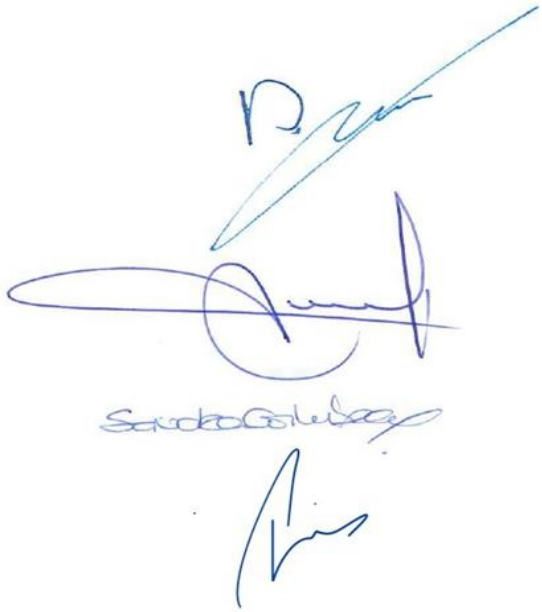
unid CVE

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	2023	2022
Prémios adquiridos liquidos de resseguro	5	286 642 957	749 265 123	-	1 035 908 080	818 121 034
Prémios brutos emitidos	5	354 225 923	1 182 471 291	-	1 536 697 214	1 265 027 570
Prémios de resseguro cedido	5	(53 177 784)	(437 393 759)	-	(490 571 543)	(412 557 856)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5	(12 520 872)	(43 383 636)	-	(55 904 508)	(63 347 469)
Provisão para prémios não adquiridos, resseguro (var.)	5	(1 884 310)	47 571 227	-	45 686 917	28 998 789
Custos com sinistros, liquidos de resseguro	6	(38 141 259)	(308 485 043)	-	(346 626 302)	(372 409 222)
Montantes pagos	6	(36 932 439)	(252 592 376)	-	(289 524 815)	(286 909 270)
Montantes brutos	6	(48 626 859)	(327 976 300)	-	(376 603 159)	(338 786 123)
Parte dos resseguradores	6	11 694 420	75 383 924	-	87 078 344	51 876 853
Provisão para sinistros (variação)	6	(1 208 820)	(55 892 667)	-	(57 101 487)	(85 499 952)
Montante bruto	6	(12 473 400)	(103 765 312)	-	(116 238 712)	(141 097 456)
Parte dos resseguradores	6	11 264 580	47 872 645	-	59 137 225	55 597 504
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	-	-	-	-	-
Provisão matemática do ramo vida, liquida de resseguro	8	(264 106 625)	-	-	(264 106 625)	(81 887 980)
Montante bruto	8	(264 106 625)	-	-	(264 106 625)	(81 887 980)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	(1 705 112)	-	-	(1 705 112)	(785 766)
Custos e gastos de exploração liquidos	10	(16 754 786)	(198 624 203)	-	(215 378 989)	(208 946 526)
Custos de aquisição	10	(8 741 827)	(103 029 123)	-	(111 770 950)	(107 071 503)
Custos de aquisição diferidos (variação)	10	(273 762)	2 737 486	-	2 463 724	503 140
Gastos administrativos	10	(7 739 197)	(98 332 566)	-	(106 071 763)	(102 378 163)
Comissões e participação resultados de resseguro	10	25 351 753	63 102 082	-	88 453 835	73 806 400
Rendimentos	12	15 893 288	19 798 435	25 553 531	61 245 254	34 595 604
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	12	9 876 850	11 967 790	-	21 844 640	17 054 214
Outros	12	6 016 438	7 830 645	25 553 531	39 400 614	17 541 390
Gastos financeiros	13	-	(9 043 180)	-	(9 043 180)	(9 332 110)
Outros	13	-	(9 043 180)	-	(9 043 180)	(9 332 110)
Outros rendimentos / gastos técnicos, líq. de resseguro		4 332	-	-	4 332	5 671
Outras provisões (variação)	14	-	-	(13 365 666)	(13 365 666)	(26 370 036)
Outros rendimentos e gastos	15	-	-	(8 109 328)	(8 109 328)	178 196 039
Ganhos e perdas de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	17	-	499 070 573	-	499 070 573	445 748 056
Ganhos liquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacioanis descontinuadas	21	6 278 950	(2 614 000)	2 500 000	6 164 950	1 307 000
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**13 463 498**	**812 469 787**	**6 578 537**	**832 511 822**	**852 048 164**
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	-	-	(76 908 362)	(76 908 362)	(59 028 887)
Imposto diferido	26	-	-	1 383 415	1 383 415	293 291
RESULTADO LIQUIDO DE IMPOSTOS		**13 463 498**	**812 469 787**	**(68 946 410)**	**756 986 875**	**793 312 568**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração



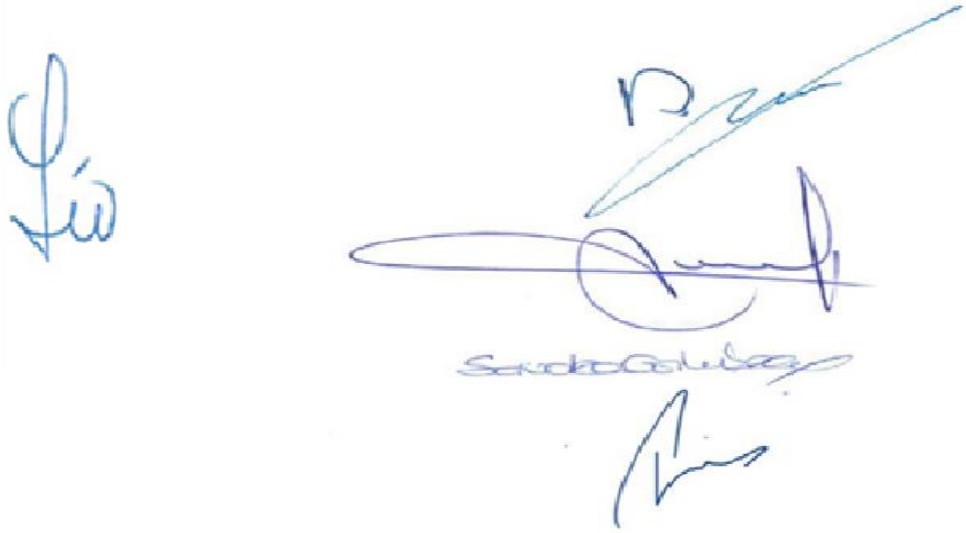


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

Fluxos de caixa	2023	2022
Resultado Liquido do Exercicio	756 986 875	793 312 568
Provisões Técnicas Seguro Directo	435 012 767	287 270 274
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	(104 824 142)	(84 596 293)
Provisão para prémios em cobrança	13 365 666	26 370 036
Outras Provisões Não Técnicas	-	(156 207 306)
Amortizações	13 717 678	16 638 620
Equivalência Patrimonial	(507 118 938)	(447 348 347)
Prémios em Cobrança	(39 546 193)	(50 001 688)
Operações Seguro Directo	(527 133)	3 488 316
Operações Resseguro	19 274 516	(13 726 646)
Estado e outros entes públicos	8 610 667	(5 469 240)
Outros	(280 641 050)	(11 501 821)
Acréscimos e Diferimentos	(10 962 636)	1 676 415
Fluxos das actividades operacionais (1)	**303 348 076**	**359 904 888**
Imóveis	500 000	9 179 830
Titulos Rendimento Variável	(220 801 543)	-
Titulos Rendimento Fixo	3 846 154	(6 153 923)
Outros Investimentos	-	(190 000 000)
Imobilizações corpóreas	(4 352 234)	(6 401 621)
Imobilizações incorpóreas	(143 750)	(257 600)
Fluxos das actividades de investimento (2)	**(220 951 373)**	**(193 633 314)**
Pagamento dividendos	(150 000 000)	(150 000 000)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	**(150 000 000)**	**(150 000 000)**
Fluxos das actividades	**(67 603 297)**	**16 271 574**
Caixa e seus equivalentes no início do período	189 100 177	172 828 603
Caixa e seus equivalentes no final do período	121 496 880	189 100 177
Variação de caixa e seus equivalentes	**(67 603 297)**	**16 271 574**

A Direcção Financeira **O Conselho de Administração**



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2022		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 663 901 807**	**-**	**15 000**	**-**	**535 331 039**	**793 312 568**	**3 480 073 414**	**-**	**3 480 073 414**
Correcções de erros (IAS8)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2023		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 663 901 807**	**-**	**15 000**	**-**	**535 331 039**	**793 312 568**	**3 480 073 414**	**-**	**3 480 073 414**
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	-	643 312 568	-	-	-		(643 312 568)	-	-	-
Distribuição de reservas															
Distribuição de Lucros	33	-	-	-	-	-		-	-	-		(150 000 000)	(150 000 000)	-	(150 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 331 384		6 331 384	-	6 331 384
Total das variações do capital próprio		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 307 214 375**	**-**	**15 000**	**-**	**541 662 423**	**-**	**3 336 404 798**	**-**	**3 336 404 798**
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2023	32	-	-									756 986 875	756 986 875		756 986 875
Balanço a 31 de Dezembro de 2023		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 307 214 375**	**-**	**15 000**	**-**	**541 662 423**	**756 986 875**	**4 093 391 673**	**-**	**4 093 391 673**

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2021		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 274 464 192**	**-**	**15 000**	**-**	**540 458 294**	**539 437 615**	**2 841 888 101**	**-**	**2 841 888 101**
Correcções de erros (IAS8)	39												-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2022		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 274 464 192**	**-**	**15 000**	**-**	**540 458 294**	**539 437 615**	**2 841 888 101**	**-**	**2 841 888 101**
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-		-		-	389 437 615	-	-	-	-	(389 437 615)	-		-
Distribuição de reservas				-		-		-	-	-	-				
Distribuição de Lucros	33	-		-		-		-	-	-	-	(150 000 000)	(150 000 000)		(150 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-		-		-	-	-	-	-	(5 127 255)		(5 127 255)		(5 127 255)
Total das variações do capital próprio		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 663 901 807**	**-**	**15 000**	**-**	**535 331 039**	**-**	**2 686 760 846**	**-**	**2 686 760 846**
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2022	32											793 312 568	793 312 568		793 312 568
Balanço a 31 de Dezembro de 2022		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 663 901 807**	**-**	**15 000**	**-**	**535 331 039**	**793 312 568**	**3 480 073 414**	**-**	**3 480 073 414**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

III – ANEXO ÀS CONTAS

Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. ("IMPAR ou Companhia"), com Sede Social na Praça Amilcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O Capital da Companhia é integralmente Caboverdiano, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais.

A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, com a amplitude consentida pela lei; podendo exercer actividades conexas ou complementares de seguro ou resseguro a que se dedica. Tem desenvolvido a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida e utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, o Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados Proporcionais para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a PAN Africana Cica Re. De realçar ainda o apoio da Europ Assistance (Francesa) no âmbito dos seguros de assistência em viagem.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares

ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2023 o ramo Vida representou 23% dos prémios brutos emitidos. Os ramos Não Vida representaram 77% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde se destacam os ramos Automóvel, representando 29% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 15% e Acidentes e Doença 18%.

O resultado líquido do exercício de 2023 fixou-se nos 756.987 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela Valorização dos imóveis de Rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 251.751 contra os 190.050 contos gerados no exercício anterior.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As mesmas já foram aprovadas pelo CA em 16 de fevereiro de 2024.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

As demonstrações financeiras estão expressas em Escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e

passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expressos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:

• Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;

• Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);

- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

• Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo

anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-vedianos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem os valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente. De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos dos acréscimos e deduções a matéria coletável, bem como da tributação autónoma. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos

nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de abrangidos no referido período podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja, corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados ou participados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2023 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2023 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de

sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2023 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da nova legislação do SOATDP que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023 que também se aplica ao SORCA, continuou-se a aplicar a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, tendo no entanto, sido reajustados os coeficientes de expectativa de vida que praticamente duplicaram.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinada aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou

contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente pelo actuário.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que a informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Transportes Marítimo e Aéreo
- Responsabilidade Civil
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rúbricas de balanço e da demonstração de resultados:

2 023	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	354 226	1 182 471	276 886	226 780	440 911	165 069	59 559	13 265	1 536 697
Prémios Resseguro Cedido	53 178	437 394	51 465	166 390	28 617	139 474	43 557	7 890	490 572
Prémios brutos não adquiridos (variação)	12 521	43 384	(591)	48 496	183	(4 384)	(952)	631	55 905
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	(1 884)	47 571	(302)	38 406	-	8 840	360	268	45 687
Custos com sinistros brutos	61 100	431 742	(4 559)	57 452	321 397	39 070	18 381	-	492 842
Custos com sinistros Resseguro Cedido	22 959	123 257	(1 927)	47 282	26 963	37 970	12 968	-	146 216
Custos de exploração	16 755	198 624	45 234	39 485	73 842	27 091	10 950	2 021	215 379
Comissões de Resseguro Cedido	25 352	63 102	10 915	28 894	-	15 270	6 063	1 961	88 454
Outras Provisões	265 812	-	-	-	-	-	-	-	265 812
Resultado técnico	**(8 713)**	**305 258**	**194 023**	**29 538**	**43 834**	**25 898**	**7 014**	**4 951**	**296 545**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	659 676	1 708 988	149 001	182 543	933 195	342 246	86 701	15 302	2 368 663
Provisões técnicas Resseguro Cedido	28 979	545 130	62 088	138 500	134 821	137 485	67 014	5 222	574 110

2 022	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	164 630	1 100 400	213 852	159 108	474 986	180 771	58 571	13 112	1 265 029
Prémios Resseguro Cedido	41 339	371 219	57 137	106 100	18 238	134 854	46 209	8 681	412 558
Prémios brutos não adquiridos (variação)	2 892	60 456	(895)	1 938	5 519	50 580	3 239	74	63 347
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	(4 707)	33 706	1 822	(962)	-	31 936	848	62	28 999
Custos com sinistros brutos	52 157	427 726	44 916	56 976	306 078	9 855	9 900	-	479 884
Custos com sinistros Resseguro Cedido	16 286	91 188	10 606	47 514	13 797	6 152	13 119	-	107 474
Custos de exploração	15 378	193 569	37 043	33 967	82 358	26 876	11 141	2 183	208 947
Comissões de Resseguro Cedido	16 775	57 031	10 807	22 231	-	14 165	7 675	2 153	73 806
Outras Provisões	82 674	-	-	-	-	-	-	-	82 674
Resultado técnico	**(1 456)**	**229 356**	**98 885**	**28 911**	**76 590**	**10 858**	**9 723**	**4 389**	**227 900**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	368 596	1 565 055	172 165	143 295	847 847	313 357	73 664	14 726	1 933 651
Provisões técnicas Resseguro Cedido	19 599	449 686	66 741	104 442	122 622	93 623	57 303	4 955	469 286

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 023**	**%**	**2 022**	**%**	**2 023**	**2 022**	**2 023**	**%**	**2 022**	**%**
Vida	354 226	23%	164 630	13%	(12 521)	(2 892)	341 705	23%	161 738	13%
Total I	**354 226**	23%	**164 630**	13%	**(12 521)**	**(2 892)**	**341 705**	23%	**161 738**	13%
Não Vida										
Acidentes e doença	276 886	18%	213 852	17%	591	895	277 478	19%	214 747	18%
Incêndio e outros danos	226 780	15%	159 108	13%	(48 496)	(1 938)	178 284	12%	157 171	13%
Automóvel	440 911	29%	474 986	38%	(183)	(5 519)	440 728	30%	469 467	39%
Maritimo, aéreo e transportes	165 069	11%	180 771	14%	4 384	(50 580)	169 453	11%	130 190	11%
Responsabilidade civil geral	59 559	4%	58 571	5%	952	(3 239)	60 511	4%	55 331	5%
Crédito e caução	13 265	1%	13 112	1%	(631)	(74)	12 634	1%	13 037	1%
Total II	**1 182 471**	77%	**1 100 400**	87%	**(43 384)**	**(60 456)**	**1 139 088**	77%	**1 039 944**	87%
Total I + II	**1 536 697**	**100%**	**1 265 029**	**100%**	**(55 905)**	**(63 347)**	**1 480 793**	**100%**	**1 201 682**	**100%**

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2023 e 2022:

RESSEGURO CEDIDO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 023**	**%**	**2 022**	**%**	**2 023**	**2 022**	**2 023**	**%**	**2 022**	**%**
Vida	53 178	11%	41 339	8%	1 884	4 707	55 062	12%	46 046	9%
Total I	**53 178**	11%	**41 339**	8%	**1 884**	**4 707**	**55 062**	12%	**46 046**	9%
Não Vida										
Acidentes e doença	51 465	10%	57 137	14%	302	(1 822)	51 767	12%	55 315	15%
Incêndio e outros danos	166 390	34%	106 100	26%	(38 406)	962	127 984	29%	107 062	27%
Automóvel	28 617	6%	18 238	3%	-	-	28 617	6%	18 238	3%
Maritimo, aéreo e transportes	139 474	28%	134 854	35%	(8 840)	(31 936)	130 634	29%	102 918	28%
Responsabilidade civil geral	43 557	9%	46 209	13%	(360)	(848)	43 198	10%	45 361	15%
Crédito e caução	7 890	2%	8 681	1%	(268)	(62)	7 622	2%	8 619	2%
Total II	**437 394**	89%	**371 219**	92%	**(47 571)**	**(33 706)**	**389 823**	88%	**337 513**	91%
Total I + II	**490 572**	**100%**	**412 558**	**100%**	**(45 687)**	**(28 999)**	**444 885**	**100%**	**383 559**	**100%**

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro cedido e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2023 e 2022. A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Ivoiriense Cica Re. De realçar ainda o apoio da Europ Assistance (Francesa) no âmbito dos seguros de assistência em viagem.

LIQUIDO DE RESSEGURO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 023**	**%**	**2 022**	**%**	**2 023**	**2 022**	**2 023**	**%**	**2 022**	**%**
Vida	301 048	29%	123 291	14%	(14 405)	(7 599)	286 643	28%	115 692	14%
Total I	**301 048**	29%	**123 291**	14%	**(14 405)**	**(7 599)**	**286 643**	28%	**115 692**	14%
Não Vida										
Acidentes e doença	225 421	22%	156 715	18%	289	2 717	225 710	22%	159 432	19%
Incêndio e outros danos	60 390	6%	53 009	6%	(10 090)	(2 899)	50 300	5%	50 109	6%
Automóvel	412 294	39%	456 748	54%	(183)	(5 519)	412 111	40%	451 228	55%
Maritimo, aéreo e transportes	25 595	2%	45 917	5%	13 224	(18 644)	38 819	4%	27 273	3%
Responsabilidade civil geral	16 002	2%	12 362	1%	1 311	(2 391)	17 313	2%	9 971	1%
Crédito e caução	5 375	1%	4 431	1%	(364)	(12)	5 011	0%	4 418	1%
Total II	**745 078**	71%	**729 181**	86%	**4 188**	**(26 750)**	**749 265**	72%	**702 431**	86%
Total I + II	**1 046 126**	**100%**	**852 471**	**100%**	**(10 218)**	**(34 349)**	**1 035 908**	**100%**	**818 123**	**100%**

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2023:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	**Prestações**	**Custos de gestão imputados**	**Sinistros**	**sinistros**
	1	**2**	**3**	**(1) + (2) + (3)**
Vida	47 433	1 194	12 473	61 100
Total I	**47 433**	**1 194**	**12 473**	**61 100**
Não Vida				
Acidentes e doença	17 475	-155	-21 872	-4 552
Incêndio e outros danos	60 632	1 960	-5 128	57 464
Automóvel	225 271	10 960	85 137	321 368
Maritimo, aéreo e transportes	5 491	1 333	32 254	39 078
Responsabilidade civil geral	4 384	627	13 374	18 385
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**313 252**	**14 724**	**103 765**	**431 742**
Total I + II	**360 685**	**15 918**	**116 239**	**492 842**

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2022:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	**Prestações**	**Custos de gestão imputados**	**Sinistros**	**sinistros**
	1	**2**	**3**	**(1) + (2) + (3)**
Vida	58 303	1 144	-7 289	52 157
Total I	**58 303**	**1 144**	**-7 289**	**52 157**
Não Vida				
Acidentes e doença	12 408	1 481	31 012	44 901
Incêndio e outros danos	8 481	1 879	46 622	56 982
Automóvel	229 964	10 093	66 029	306 085
Maritimo, aéreo e transportes	11 119	325	-1 588	9 856
Responsabilidade civil geral	3 264	326	6 311	9 902
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**265 236**	**14 103**	**148 386**	**427 726**
Total I + II	**323 539**	**15 247**	**141 097**	**479 884**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2023:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	11 694	0	11 265	22 959
Total I	**11 694**	**0**	**11 265**	**22 959**
Não Vida				
Acidentes e doença	2 425	0	-4 351	-1 927
Incêndio e outros danos	51 630	0	-4 348	47 282
Automóvel	14 765	0	12 198	26 963
Maritimo, aéreo e transportes	2 948	0	35 022	37 970
Responsabilidade civil geral	3 616	0	9 352	12 968
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**75 384**	**0**	**47 873**	**123 257**
Total I + II	**87 078**	**0**	**59 137**	**146 216**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2022:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	26 684	0	-10 398	16 286
Total I	**26 684**	**0**	**-10 398**	**16 286**
Não Vida				
Acidentes e doença	2 352	0	8 254	10 606
Incêndio e outros danos	4 472	0	43 042	47 514
Automóvel	11 227	0	2 570	13 797
Maritimo, aéreo e transportes	4 567	0	1 585	6 152
Responsabilidade civil geral	2 575	0	10 544	13 119
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**25 193**	**0**	**65 995**	**91 188**
Total I + II	**51 877**	**0**	**55 598**	**107 474**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2023:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO	Montantes pagos		Variação da	Custos
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	35 739	1 194	1 209	38 141
Total I	**35 739**	**1 194**	**1 209**	**38 141**
Não Vida				
Acidentes e doença	15 051	-155	-17 520	-2 625
Incêndio e outros danos	9 001	1 960	-779	10 182
Automóvel	210 506	10 960	72 939	294 405
Maritimo, aéreo e transportes	2 543	1 333	-2 768	1 107
Responsabilidade civil geral	767	627	4 022	5 416
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**237 868**	**14 724**	**55 893**	**308 485**
Total I + II	**273 607**	**15 918**	**57 101**	**346 626**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2022:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO	Montantes pagos		Variação da	Custos
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	31 619	1 144	3 109	35 872
Total I	**31 619**	**1 144**	**3 109**	**35 872**
Não Vida				
Acidentes e doença	10 056	1 481	22 758	34 294
Incêndio e outros danos	4 009	1 879	3 581	9 468
Automóvel	218 737	10 093	63 459	292 288
Maritimo, aéreo e transportes	6 553	325	-3 173	3 705
Responsabilidade civil geral	689	326	-4 233	-3 217
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**240 043**	**14 103**	**82 391**	**336 538**
Total I + II	**271 662**	**15 247**	**85 500**	**372 409**

7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o apuramento da rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro foi nulo.

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rúbrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

9 – Participação nos resultados, líquido de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4 .

10 – Custos e gastos de exploração líquidos e comissões e participações nos resultados

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

Custos e gastos de exploração liquídos	2 023	2 022
Custos de aquisição	15 327	16 305
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	96 444	90 766
Custos de aquisição diferidos	-2 464	-503
Custos Administrativos	5 318	5 581
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	100 754	96 797
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-88 454	-73 806
Total	**126 925**	**135 140**

CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO	2 023			2 022		
Ramo / Grupo Ramos	**Directo**	**Resseguro**	**Liquido**	**Directo**	**Resseguro**	**Liquido**
Vida	16 755	25 352	-8 597	15 378	16 775	-1 397
Total I	**16 755**	**25 352**	**-8 597**	**15 378**	**16 775**	**-1 397**
Acidentes e doença	45 234	10 915	34 320	37 043	10 807	26 236
Incêndio e outros danos	39 485	28 894	10 591	33 967	22 231	11 735
Automóvel	73 842	0	73 842	82 358	0	82 358
Maritimo, aéreo e transportes	27 091	15 270	11 822	26 876	14 165	12 711
Responsabilidade civil geral	10 950	6 063	4 887	11 141	7 675	3 466
Crédito e caução	2 021	1 961	60	2 183	2 153	30
Total II	**198 624**	**63 102**	**135 522**	**193 569**	**57 031**	**136 538**
Total I + II	**215 379**	**88 454**	**126 925**	**208 947**	**73 806**	**135 140**

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

• Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;

• Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;

• Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;

• Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;

- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, é a seguinte:

2 023	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 945	69%	57 460	60%	68 404	68%	0	0%	136 808	62%
Fornecimentos e serviços externos	4 599	29%	24 146	25%	28 745	29%	0	0%	57 491	26%
Impostos	0	0%	12 875	13%	1 267	1%	0	0%	14 142	6%
Amortizações	374	2%	1 963	2%	2 337	2%	9 043	100%	13 718	6%
Total	**15 918**	**100%**	**96 444**	**100%**	**100 754**	**100%**	**9 043**	**100%**	**222 159**	**100%**

2 022	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 346	68%	54 318	60%	64 665	67%	0	0%	129 330	61%
Fornecimentos e serviços externos	4 316	28%	22 659	25%	26 975	28%	0	0%	53 950	25%
Impostos	0	0%	10 720	12%	1 504	2%	0	0%	12 224	6%
Amortizações	585	4%	3 069	3%	3 653	4%	9 332	100%	16 639	8%
Total	**15 247**	**100%**	**90 766**	**100%**	**96 797**	**100%**	**9 332**	**100%**	**212 142**	**100%**

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	2 023	2 022
Electricidade	5 853	5 053
Combustíveis	2 009	2 319
Água	401	384
Impressos	1 183	867
Material de Escritório	2 328	3 035
Livros e documentação técnica	9	0
Artigos para oferta	52	4
Rendas e Alugueres	120	40
Despesas de Representação	42	52
Comunicação	3 831	3 847
Seguros	1 618	1 736
Deslocações e Estadas	1 374	1 757
Honorários	360	618
Conservação e Reparação	4 108	5 827
Publicidade e Propaganda	5 758	3 791
Vigilancia e Segurança	6 404	6 404
Trabalhos Especializados	14 197	10 553
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	7 843	7 662
Total	**57 491**	**53 950**

A variação ocorrida nesta rubrica está ligada maioritariamente as rubricas publicidade e propaganda e trabalhos especializados, onde inclui respectivamente campanhas publicitárias, contratos com as Mídias no âmbito da política comercial definida pela Companhia, serviços prestados por consultores diversos, e assistência técnica de serviços informáticos.

Também o agravamento das condições do mercado, nomeadamente o aumento das tarifas, impactou o aumento nas rubricas Eletricidade, Água e Impressos.

Os serviços prestados pelo auditor externo são registrados na rubrica de trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a mCVE 7.164 (2022: mCVE 4.121) incluindo IVA à taxa legal, compreendendo o trabalho de auditoria externa (no montante de mCVE 4.882 (2022: mCVE 4.121)) e serviços distintos de auditoria (no montante de mCVE 2.282 (2022:0)).

11.2 - Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2 023	2 022
Remunerações dos Orgãos Sociais	27 221	22 234
Remunerações dos Empregados	85 661	82 064
Encargos sobre remunerações dos Orgãos Sociais	1 362	1 073
Encargos sobre remunerações dos empregados	13 160	11 672
Seguros	7 730	6 746
Custos de acção social	1 205	3 510
Formação	432	1 996
Outros	37	36
Total	**136 808**	**129 330**

A variação ocorrida nesta rúbrica está intimamente ligada ao aumento/atualização das remunerações dos Órgãos Sociais com efeitos retroativos ao ano 2022 e com impacto nos Encargos sobre as remunerações dos mesmos.

Relativamente as rubricas "Encargos sobre remunerações" são compostas por encargos com a Previdência Social, correspondente a 16% dos ordenados e salários, horas extraordinárias, subsídios, e outras remunerações de carácter permanente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os colaboradores tiveram a seguinte alocação:

Alocação dos Trabalhadores	2023	2022
Direcção	5	5
Quadros técnicos	23	25
Quadros administrativos	39	36
Outros	6	6
	73	**72**

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RENDIMENTOS	2 023	2 022
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	-	955
Obrigações	1 795	1 080
Outros depósitos	288	28
	2 083	**2 063**
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	3 969	2 931
Outros depósitos	3 636	3 882
	7 604	**6 813**
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	1 774	2 036
Acções	8 338	2 571
	10 112	**4 607**
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	-	5 064
Obrigações	10 120	9 143
Outros depósitos	5 773	6 906
	15 893	**21 113**
De investimentos não afectos		
Acções	25 553	-
	25 553	**-**
Total	**61 245**	**34 596**

Na rubrica "Obrigações" no decurso do ano 2023, a companhia auferiu juros no valor de mCVE 16.172 representativos de 45% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 12.496 / 36% no ano transato.

Por outro lado, nas aplicações em Depósitos a Prazo os juros auferidos em 2023 no valor de mCVE 7.812 representativos de 22% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 11.232 / 32% no ano transato

A rubrica acções corresponde ao reconhecimento dos dividendos recebidos de emitentes nacionais, bem como dos ganhos obtidos em 2023 na alienação das acções detidas na DAGARD.

Durante o exercício 2023 a Companhia registou rendimentos nos Edifícios no valor global de mCVE 6.036 representativos de 17% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos, contra mCVE 6.282/ 18% no ano transato.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2023 e 2022 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos.

14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2023 e 2022 os montantes registados na rúbrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

15 – Outros Rendimentos e Gastos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2 023	2 022
Mecenato	7 065	4 128
Gastos e perdas financeiras	1 027	250
Excesso/estimativa impostos	-310	0
Outros	829	(23 917)
Mais/menos valias alienação imobilizado	(506)	(2 455)
Reversão de provisões	-	(156 207)
Total	**8 105**	**(178 202)**

A rubrica "Mecenato" inclui os donativos de caracter filantrópico e que contribuem para o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva e educacional, tendo como contrapartida incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos de quem contribui.

A rubrica "Outros" no ano transato incluía as correções de exercícios anteriores, onde se destaca a regularização de contas de Resseguradores.

As Mais/menos valias correspondem a ganhos obtidos na alienação bens do imobilizado.

A rubrica Reversão de Provisões no ano transato corresponde ao desreconhecimento da provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, reconhecida aquando da aquisição de uma participação direta de 87% no BCN.

16 – Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rúbrica apresenta-se como segue:

	2 023	2 022
Caixa	2 195	1 261
Depósitos em instituições de crédito	119 302	187 840
Total	**121 497**	**189 100**

17 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é apresentado como segue:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2023
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	34 160 118
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	3 713 982 644
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**3 755 642 762**

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2022
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	27 604 433
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	3 219 186 372
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**3 254 290 805**

A SEPI após a venda das acções que detinha no BCN, o seu Capital Social ficou reduzido ao montante de mCVE 2.500.

A participação directa da IMPAR no BCN ficou concluída em 2019 tendo sido actualizada a participação conforme o valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de Dezembro de 2023.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

Unid CVE

Descrição	31/12/2022	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2023
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	27 604 433	6 555 685		34 160 118
GRUPO IMPAR	5 000 000			5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	3 219 186 372	488 464 888	6 331 384	3 713 982 644
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000			2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias	**3 254 290 805**	**495 020 573**	**6 331 384**	**3 755 642 762**

Descrição	31/12/2021	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2022
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	21 592 540	6 011 893		27 604 433
GRUPO IMPAR	5 000 000			5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 788 627 464	435 686 163	- 5 127 255	3 219 186 372
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000			2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias	**2 817 720 004**	**441 698 056**	**-5 127 255**	**3 254 290 805**

A rúbrica Ganhos e perdas em associadas e empreendimentos conjuntos é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2023, pelo aumento na parte proporcional do resultado positivo do BCN e da IMOPAR.

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. após a alienação das acções do BCN não desenvolveu nenhuma actividade.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. cujo maior acionista é a IMPAR foi constituída em 2009, tendo iniciado atividade em 2019, dedica-se ao ramo imobiliário, nomeadamente avaliação de Imóveis e Fiscalização de Obras, e participação noutras empresas.

O GRUPO ÍMPAR é uma empresa ainda sem atividade.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

Unid CVE

	31-12-2023		31-12-2022	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	4 280 971 653	563 035 571	3 727 810 771	519 046 801

Trata-se de dados provisórios, de acordo com a informação disponível à data.

18 – Activos Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2023	Valor em 31Dez2022
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	9 900	14 850 000	10 800 000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1 500	4 800	7 200 000	7 200 000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Custo	23 822	2 162	51 513 643	51 513 643
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7 500	2 750	-	-
Global Wines SGPS	Custo	787 556	280	220 801 543	-
Total Ativos disponíveis para venda				**294 365 186**	**69 513 643**

19 – Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresenta um investimento de 260.000 mCVE em Depósitos a Prazo, a taxa de juros de 3% anual.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

Unid: CVE

Descrição	Saldo 31Dez23	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	30 769 307	30 769	5,5%	out-31
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	2,875%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,0%	dez-24
Total	**600 769 307**			

Descrição	Saldo 31Dez22	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	34 615 461	34 615	5,5%	out-31
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	2,875%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,0%	dez-23
Total	**604 615 461**			

O decréscimo de mCVE 3.846 verificado nesta rubrica corresponde a amortização de dois cupões das Obrigações TACV.

21 – Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2023 e 2022, as rúbricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2023							
	Saldos em 31.12.2022					Saldos em 31.12.2023		
	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Alterações justo valor	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:								
De Uso Próprio	268 222	99 126	-	8 910	- 41 006	227 216	108 036	119 180
De Rendimento	368 643	-	6 165	-	41 006	415 814	-	415 814
Total	636 865	99 126	6 165	8 910	-	643 030	108 036	534 994

Descrição	2022							
	Saldos em 31.12.2021					Saldos em 31.12.2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Alienações	Alterações justo valor	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:								
De Uso Próprio	277 402	91 349	9 180		7 777	268 222	99 126	169 096
De Rendimento	367 336	-	-	1 307	-	368 643	-	368 643
Total	644 738	91 349	9 180	1 307	7 777	636 865	99 126	537 739

Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os terrenos e edifícios de serviço próprio, detidos pela Companhia, apresentam o seguinte detalhe:

	2023			2022		
Localização	**Valor Bruto**	**Amortizações Acumuladas**	**Valor Líquido**	**Valor Bruto**	**Amortizações Acumuladas**	**Valor Líquido**
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621	5 523	5 098	10 621	5 098	5 523
Edificio em Stª Maria - Sal	-	4 042	- 4 042	8 421	4 042	4 379
Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa	7 750	4 030	3 720	7 750	3 720	4 030
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 773	9 067	14 706	23 773	8 116	15 657
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	44 863	61 312	106 175	40 616	65 559
Escritório nos Espargos - Sal	-	13 384	- 13 384	24 585	12 401	12 184
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	27 126	22 705	49 831	25 133	24 698
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047
Terreno do Escritório Espargos - Sal	-	-	-	8 000	-	8 000
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189
Total	**227 216**	**108 035**	**119 181**	**268 222**	**99 126**	**169 096**

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de Balanço 2023 Valor bruto	Valor de Balanço 2022 Valor bruto
Armazém em Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2023	60 000	55 000	56 500
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2023	82 614	144 000	141 000
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2023	23 000	26 600	22 500
Armazém em Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2023	25 977	28 000	29 000
Apartamento em Terra Branca - Praia	2023	3 634	3 800	3 914
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	2023	6 693	8 000	8 500
Escritório nos Espargos - Sal		24 585	24 585	-
Edificio em Stª Maria - Sal		8 421	10 600	-
Edificio Lazareto	2021	42 711	42 711	42 711
Terreno do Edificio Espargos - Sal		8 000	8 000	-
Terreno nos Espargos - Sal		587	588	588
Terreno na Boavista		770	770	770
Terreno em Palha Sé - Praia	2023	58 176	63 160	63 160
Total		**345 168**	**415 814**	**368 643**

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, realizadas por técnicos independentes e externos, especializados nesta matéria.

22 – Outros Activos Tangíveis, Inventários e Outros Elementos do Activo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta como segue:

	2023	2022
Imobilizado tangível		
Valor bruto	159 682	160 886
Depreciação acumulada	-148 937	-148 762
Ativos tangíveis em curso	2 066	1 010
	12 811	**13 134**
Inventários	391	391

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2023 foram os seguintes:

Activos Fixos Tangíveis	2022	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2023
Equipamento Administrativo	44 566	1 614	-	46 180
Máquinas e Ferramentas	9 344	-	-	9 344
Equipamento Informático	43 063	1 470	-	44 533
Instalações Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	55 381	-	4 500	50 881
Outro Equipamento	3 974	211	-	4 185
Património Artistico	541	-	-	541
		-	-	
Sub-total 1	**160 887**	**3 295**	**4 500**	**159 682**

		Imaterial	Imaterial	
Depreciações Acumuladas	**2022**	**Depreciações/ Amortizações**	**Alienações/ Abates/ Anulações**	**2023**
Equipamento Administrativo	41 573	1 128	-	42 701
Máquinas e Ferramentas	7 775	261	-	8 036
Equipamento Informático	40 695	1 558	-	42 253
Instalaçoes Interiores	3 996	22	-	4 018
Material de Transporte	50 539	1 539	4 500	47 578
Património Artístico	541	-	-	541
Outro Equipamento	3 643	166	-	3 809
Sub-total 2	**148 762**	**4 674**	**4 500**	**148 936**
Total	**12 125**	**(1 379)**	**-**	**10 746**

Activos Tangíveis em Curso	2022	Adições	Alienações/ Abates	2023
Imobilizações Corpóreas	589	-	**589**	-
Total	**589**	**-**	**-**	**-**

Obras em Curso	2022	Adições	Alienações/ Abates	2023
Edificio Lazareto	**420**	1 646	**-**	2 066
Total	**420**	**1 646**	**-**	**2 066**

Outros Elementos do Activo	2022	Adições	Alienações/ Abates	2023
Investimentos Financeiros em Curso:				
Projecto Emprofac	2 140	-		2 140
Total	**2 140**	**-**	**-**	**2 140**

A

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as adições registadas na rubrica "ativos fixos tangíveis" dizem respeito essencialmente (i) nos equipamentos administrativos, aquisição de estantes e fotocopiadoras (ii) na rubrica equipamentos informático aquisição de computadores e impressoras (iii) em outros equipamentos a aquisição de maquinas trituradoras de papel

Relativamente as Obras em Curso respeitam ao projecto de arquitetura para remodelação do edifício sito em Lazareto, Mindelo.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados.

23 – Outros Activos Intangíveis

	2023	2022
Imobilizado intangível		
Valor bruto	19 091	18 947
Depreciação acumulada	-18 909	-18 776
	182	**171**

Encontram-se registados nesta rúbrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2023 esta rubrica tem um valor bruto de 19.091 e que se encontra praticamente totalmente amortizado.

24 – Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ramo / Grupo Ramos	2 023			2 022		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	443 009	204 564	238 445	389 569	158 877	230 691
Provisão para sinistros	1 337 337	369 545	967 792	1 221 577	310 408	911 169
Provisão matemática Vida	583 910	0	583 910	319 804	0	319 804
Provisão Participação Resultados	4 406	0	4 406	2 701	0	2 701
Total	**2 368 663**	**574 110**	**1 794 554**	**1 933 651**	**469 286**	**1 464 365**

24.1 – Provisão para Prémios não Adquiridos, Líquida de Resseguro Cedido

A tabela abaixo reflete a composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2 023						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	47 315	2 315	44 999	15 711	2 828	12 883	32 116
Acidentes e doença	32 324	2 790	29 534	12 877	1 375	11 502	18 032
Incêndio e outros danos	140 450	14 370	126 080	108 009	19 440	88 569	37 510
Automóvel	143 027	12 102	130 925	0	0	0	130 925
Maritimo, aéreo e transportes	78 340	6 120	72 220	68 323	3 642	64 682	7 538
Responsabilidade civil geral	33 654	3 285	30 369	26 470	4 765	21 706	8 663
Crédito e caução	9 618	735	8 883	6 369	1 146	5 222	3 660
Total	**484 727**	**41 717**	**443 009**	**237 760**	**33 196**	**204 564**	**238 445**

	2 022						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	34 794	2 589	32 205	17 975	3 208	14 767	17 437
Acidentes e doença	32 916	2 901	30 014	13 137	1 333	11 804	18 210
Incêndio e outros danos	91 954	10 624	81 330	61 362	11 199	50 163	31 167
Automóvel	142 844	12 237	130 607	0	0	0	130 607
Maritimo, aéreo e transportes	82 724	6 719	76 005	59 290	3 448	55 842	20 163
Responsabilidade civil geral	34 605	3 493	31 112	26 032	4 686	21 346	9 766
Crédito e caução	8 986	691	8 295	6 042	1 088	4 955	3 341
Total	**428 822**	**39 254**	**389 569**	**183 839**	**24 961**	**158 877**	**230 691**

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	**2 023**	**2 022**	**2 023**	**2 022**
Provisão matematica	583 910	319 804	264 107	81 888

24.3 – Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro

A rubrica apresenta a seguinte desagregação no que respeita ao seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 023	2 022	2 023	2 022
Vida	26 360	13 886	12 473	-7 289
Total I	**26 360**	**13 886**	**12 473**	**-7 289**
Acidentes e Doença	119 467	142 151	-22 008	31 818
Incêndio e outros danos	56 463	61 965	-5 252	47 992
Automóvel	802 270	717 240	85 193	63 964
Maritimo, aéreo e transportes	270 026	237 352	32 401	-1 845
Responsabilidade civil geral	56 332	42 551	13 431	6 457
Crédito e caução	6 420	6 431	0	0
Total II	**1 310 978**	**1 207 691**	**103 765**	**148 386**
Total I + II	**1 337 337**	**1 221 577**	**116 239**	**141 097**

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de mCVE 26.109 (2022: mCVE 27.559) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), assim como uma provisão para gestão de sinistros no montante de mCVE 7.857.

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 023	2 022	2 023	2 022
Vida	16 097	4 832	11 265	-10 398
Total I	**16 097**	**4 832**	**11 265**	**-10 398**
Acidentes e Doença	50 586	54 937	-4 351	8 254
Incêndio e outros danos	49 930	54 279	-4 348	43 042
Automóvel	134 821	122 622	12 198	2 570
Maritimo, aéreo e transportes	72 803	37 781	35 022	1 585
Responsabilidade civil geral	45 309	35 957	9 352	10 544
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**353 449**	**305 576**	**47 873**	**65 995**
Total I + II	**369 545**	**310 408**	**59 137**	**55 598**

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Total I + II	**369 545**	**310 408**	**59 137**	**55 598**

LIQUIDO DE RESSEGURO

Ramo / Grupo Ramos	**Saldo Balanço**		**Variação ganhos e perdas**	
	2 023	**2 022**	**2 023**	**2 022**
Vida	10 263	9 054	1 209	3 109
Total I	**10 263**	**9 054**	**1 209**	**3 109**
Acidentes e Doença	68 881	87 214	-17 656	23 564
Incêndio e outros danos	6 532	7 686	-904	4 950
Automóvel	667 449	594 618	72 995	61 394
Maritimo, aéreo e transportes	197 223	199 571	-2 622	-3 430
Responsabilidade civil geral	11 023	6 595	4 079	-4 087
Crédito e caução	6 420	6 431	0	0
Total II	**957 529**	**902 115**	**55 893**	**82 391**
Total I + II	**967 792**	**911 169**	**57 101**	**85 500**

A

24.4 – Provisão para Participação nos Resultados

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		**Variação Ganhos e Perdas**	
Provisões ramo Vida	**2 023**	**2 022**	**2 023**	**2 022**
Participação nos resultados	4 406	2 701	1 705	786

24.5 – Provisão para Riscos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o apuramento desta provisão foi nulo.

25 – Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 023	2 022
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	392 415	352 871
Resseguro	10 183	14 717
Tomadores de seguros	7 483	6 529
Reembolsos de sinistros	456	378
Outros	293 031	22 462
	703 568	**396 956**
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(152 088)	(138 722)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 342)	(5 342)
	(157 430)	**(144 064)**
Activo Líquido	**546 138**	**252 892**

A variação no valor de mCVE 13.366 na rubrica do ajustamento para recibos por cobrar, fruto do aumento dos recibos em cobrança em cerca de 40.000 contos. Esta provisão é calculada de acordo com o Aviso nº2/2005 do BCV e a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados.

De realçar que a rubrica "Outros" no montante de 293.031 contos diz respeito essencialmente a alienação de ações da DAGARD, sendo que o valor foi recebido em fevereiro de 2024. Estas ações foram adquiridas e alienadas no decurso do ano 2023.

26 – Activos e Passivos por Impostos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica, apresenta a seguinte composição:

ESTADO	2 023	2 022
Retenção de imposto na fonte	1 927	1 694
Imposto Sobre Rendimento	**30 723**	**20 787**
Débito	(1 745)	(1 625)
Crédito	32 468	22 412
Imposto de selo	16 133	14 974
Taxas para a Autoridade de Controlo	3 716	3 000
FGA e SNPC	2 021	5 149
Contribuições para a segurança social	2 777	3 094
Outros	11	-
Passivos por impostos correntes	**57 308**	**48 698**
Ativos por impostos diferidos	**(23 186)**	**(21 802)**

A rubrica do imposto sobre o rendimento corresponde ao valor a pagar, após o apuramento do imposto final.

O montante de mCVE 1.927 na rubrica Retenção de Impostos na Fonte inclui essencialmente as retenções do IRPS relativo as remunerações do mês de dezembro do pessoal e dos prestadores de serviço.

O valor de mECV 2.777 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A rubrica Imposto de Selo inclui o montante de mCVE 16.133 referente ao selo de apólice que incide sobre os prémios de seguro emitidos por cobrar ou já cobrados cujo imposto é pago no mês seguinte.

As Taxas para Autoridade de Controlo e Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Automóvel nos montantes de mCVE 3.716 e 2.021 dizem respeito respectivamente (i) a taxa 0.75% aplicada sobre os prémios dos ramos vida e não vida, líquidos de estornos e anulações, durante o último trimestre de 2023 (ii) receita para o FGA – Fundo de Garantia Automóvel e para SNPC – Sistema Nacional Proteção Civil, o montante entregue por cada segurado, resultante da aplicação da taxa de 2% e 1%, respectivamente, sobre os prémios simples do SORCA processados. Este montante é entregue ao FGA e ao SNPC no ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2023 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de mCVE 76.908, sendo que as entregas por conta no total de mCVE 44.440, calculadas com base nas coletas de 2021 e 2022 e das retenções efetuadas por terceiros no total de mCVE 1.745, foram inferiores a esta estimativa. Assim, a Companhia tem por pagar ao Tesouro Nacional o montante estimado de mCVE 30.723.

A Seguradora está sujeita a impostos sobre os lucros nos termos do regime fiscal estabelecido pelo Código de IRPC (Lei 82/VIII/2015 de 7 de janeiro). À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022 a taxa de imposto aplicável é de 22%, acrescido de uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2023 e 2022 os montantes registados de impostos diferidos respeitam apenas a valores relativos a imóveis de rendimento, tendo a variação registado no ano de 2023 sido justificada pela atualização do justo valor dos imóveis.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Coletivas pode ser analisada como segue:

	2023	2022
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	832 512	852 048
Encargo de imposto nominal		
- a 22%	183 153	187 451
- Derrama (0,2% s/colecta)	1 507	1 156
	184 660	188 606
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	76 908	59 029
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	(1 383)	(293)
	75 525	58 736
Taxa efectiva	9,07%	6,89%
Diferença por reconciliar	(109 135)	(129 871)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	-	149
Correcções a exercícios anteriores	344	41
Dividendos	(1 248)	(1 009)
Beneficios fiscais	(514)	(492)
Equivalência Patrimonial	(108 905)	(97 174)
Justo valor	(2 247)	(1 179)
Outros	4 787	4 353
Reversão de Provisões	-	(34 366)
Tributação autónoma	31	98
Imposto diferido	(1 383)	(293)
	(109 135)	(129 871)

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2023
Estimativa de imposto 2022	59 029
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	1 625
Total de pagamentos por conta efectuados em 2022	36 617
Valor a recuperar / (pagar)	(20 787)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(20 787)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

	2022
Estimativa de imposto 2021	54 332
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	268
Total de pagamentos por conta efectuados em 2021	28 548
Valor a recuperar / (pagar)	(25 517)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(25 517)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo originar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correção tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa do subsídio de férias e prémio produtividade a liquidar em 2024.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 023	2 022
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	20 132	8 123
	20 132	**8 123**
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	12 968	12 682
Outros acrécimos de custos	4 882	4 121
	17 850	**16 803**

28 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisado como se segue:

	2 023	2 022
Contas a pagar por operações de seguro directo	13 892	13 387
Resseguradores	125 799	111 058
Contas a pagar por outras operações	52 755	62 827
	192 446	**187 272**

29 – Outras provisões

	2 023	2 022
Outras Provisões	16 700	16 700

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1 conto, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite máximo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

"É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado".

Quanto as restantes reservas não há condicionamentos, nem restrições à sua utilização e/ou distribuição.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 28 de Março de 2023, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, de mCVE 793.312, o montante de 643.312 fosse alocado, em 2023, às reservas livres da Companhia e mECV 150.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2 023	2 022
Reservas		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	2 234 992	1 591 680
. Outras Reservas	72 222	72 222
	2 394 727	**1 751 415**
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponiveis para Venda	15	15
	15	**15**
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	422 735	416 403
. Outros Investimentos	91 631	91 631
. De Revalorização de Terrenos e Edificios Uso Próprio	27 297	27 297
	541 662	**535 331**

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o apuramento do resultado por acção foi determinado como segue:

em CVE

	2 023	2 022
Resultado Líquido do Exercício	756 986 875	793 312 568
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Resultado por Acção	**1,892**	**1,983**

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos nos exercícios 2023 e 2022, relativos ao resultado líquido obtido em 2022 e 2021, respectivamente, tiveram o seguinte apuramento:

em CVE

	2023	2022
Resultado Líquido atribuido	200 000 000	150 000 000
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Dividendos por Acção	**0,50**	**0,38**

34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da Companhia, os Accionistas relevantes, bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

Estes acionistas são acionistas maioritários e representam 78% da Sociedade.

	2023							
	Accionistas						Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Oligest - Investimentos, SA	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, S.A	IMOPAR - Imobiliária e Participações, S.A
Activo								
Contas a receber por outras operações					40	44		
Disponibilidades							102 389	
Depósitos a prazo							260 000	
Contas a receber por operações de seguro directo					1 333	38		
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**1 333**	**38**	**362 389**	**-**

	2023							
	Accionistas						Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Oligest - Investimentos, SA	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	IMOPAR - Imobiliária e Participações
Passivo								
Provisões matemáticas vida	(29 525)	(114 553)	(186 852)			(112 014)		(15 099)
Provisões para sinistros					(50)			
	(29 525)	**(114 553)**	**(186 852)**	**-**	**(50)**	**(112 014)**	**-**	**(15 099)**

	2023							
	Accionistas						Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Oligest - Investimentos, SA	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	IMOPAR - Imobiliária e Participações
Resultado								
Prémios brutos emitidos	10 500	60 000	130 000		3 045	32 033	37 355	15 611
Custos com sinistros					(55)	(19 195)	(9 018)	(32)
Outros resultados							701	
Total	**10 500**	**60 000**	**130 000**	**-**	**2 990**	**12 838**	**29 038**	**15 579**

	2022							
	Accionistas						Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Oligest - Investimentos, SA	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	IMOPAR - Imobiliária e Participações
Activo								
Disponibilidades							178 418	
Depósitos a prazo							200 000	
Contas a receber por operações de seguro directo			5		18			
Contas a receber por outras operações						10 044		
Total	**-**	**-**	**5**	**-**	**18**	**10 044**	**378 418**	**-**

	2022							
	Accionistas						Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Oligest - Investimentos, SA	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	IMOPAR - Imobiliária e Participações
Passivo								
Contas a pagar por outras operações					(10 000)			
Provisões matemáticas vida	(18 177)	(51 934)	(51 934)			(96 857)		
	(18 177)	**(51 934)**	**(51 934)**	**-**	**(10 000)**	**(96 857)**	**-**	**-**

	2022							
	Accionistas						Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Oligest - Investimentos, SA	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	IMOPAR - Imobiliária e Participações
Resultado								
Prémios brutos emitidos	10 500	30 000	30 000		3 527	19 354	30 751	359
Custos com sinistros					(53)	(18 139)	(9 637)	(50)
Outros resultados							585	
Total	**10 500**	**30 000**	**30 000**	**-**	**3 474**	**1 215**	**21 699**	**309**

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2 023	%	2 022	%
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações	270 000	40%	270 000	45%
Terrenos	63 160	9%	63 160	11%
Edifícios	18 600	3%	8 500	1%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	9%	58 714	10%
Outros Depósitos	260 000	39%	200 000	33%
	670 474	**12%**	**600 374**	**12%**
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Nao Vida				
Obrigações	330 769	8%	334 615	8%
Terrenos	18 236	0%	18 236	0%
Edifícios	286 304	6%	293 239	7%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	3 770 493	86%	3 265 091	82%
Outros Depósitos	-	0%	60 000	2%
	4 405 802	**79%**	**3 971 182**	**82%**
Investimentos não afectos				
Terrenos	20 188	4%	20 188	8%
Edifícios	236 542	50%	233 542	92%
Obrigações	10 500	2%	10 500	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	242 849	51%	22 047	9%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Acções (-)	(32 547)	-7%	(32 547)	-13%
	477 532	**9%**	**253 730**	**5%**
Total Investimentos	**5 553 808**	**100%**	**4 825 286**	**100%**

De acordo com as disposições legais, e no respeitante às regras de diversificação dos activos afectos à representação das provisões técnicas, a Companhia possui a 31 de dezembro de 2023 uma insuficiência de activos no montante mECV 134.559. A referida situação ficará regularizada brevemente através da aplicação em investimentos afectos do montante, entretanto recebido pela venda das ações da DAGARD, conforme referido na nota 25.

36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2023 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A IMPAR, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de mCVE 488.465 e na IMOPAR mCVE 6.556.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 8% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis de rendimento: teria o impacto de mECV 38.323.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas Obrigações e Depósitos a Prazo, maioritariamente de taxa variável.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2 023	2 022
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistos do exercício, líquidos de resseguro	-17 331	-18 620
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	-12 693	-13 514
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	-240	-237

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 12% Imóveis e IMOPAR
Transportes 0,5% Obrigações TACV
Energia 0,3% Acções Enacol
Financeiro 67% Acções BCN, SEPI e SGPS
Industrial 1% Acções Sita
Obrigações 10%
Depósitos a Prazo 5%
Outros 4% CVT e Global Wines

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações, Depósitos a Prazo e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um

plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;

• Formação dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;

• Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

• Políticas de prevenção de fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;

• Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

• Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;

• Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a Companhia implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

• Existência de código de conduta implementado e divulgado;

• Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

• Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;

• Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

• Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

• Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;

• Principais actividades;

• Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;

• Controlos e sua avaliação;

• Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2 023	2 022
Rácio de Sinistralidade	32,1%	37,9%
Rácio de Despesa	14,0%	16,5%
Rácio Combinado	**46,1%**	**54,5%**
Rácio Financeiro	3,4%	2,0%
Rácio Operacional	**42,7%**	**52,5%**

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Cascos	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Quota parte

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mCVE:

	2023	2022
Elementos constitutivos do fundo de garantia	3 870 988	3 307 680
Margem de solvência a constituir	433 210	397 879
Resultado na óptica dos prémios	358 202	355 766
Resultado na óptica dos sinistros	121 586	115 998
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	3 437 777	2 909 800
Taxa de cobertura da margem de solvência	894%	831%

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 894% e 831%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

À data deste relatório não existem compromissos significativos com impacto nas demonstrações financeiras anexas.

39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

40 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2023, para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

a) IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IFRS 17 (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição. Esta

alteração irá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, aquando da entrada em vigor em Cabo Verde.

d) IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospetiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Esta alteração irá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, aquando da entrada em vigor em Cabo Verde.

e) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

f) IAS 12 (alteração), 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

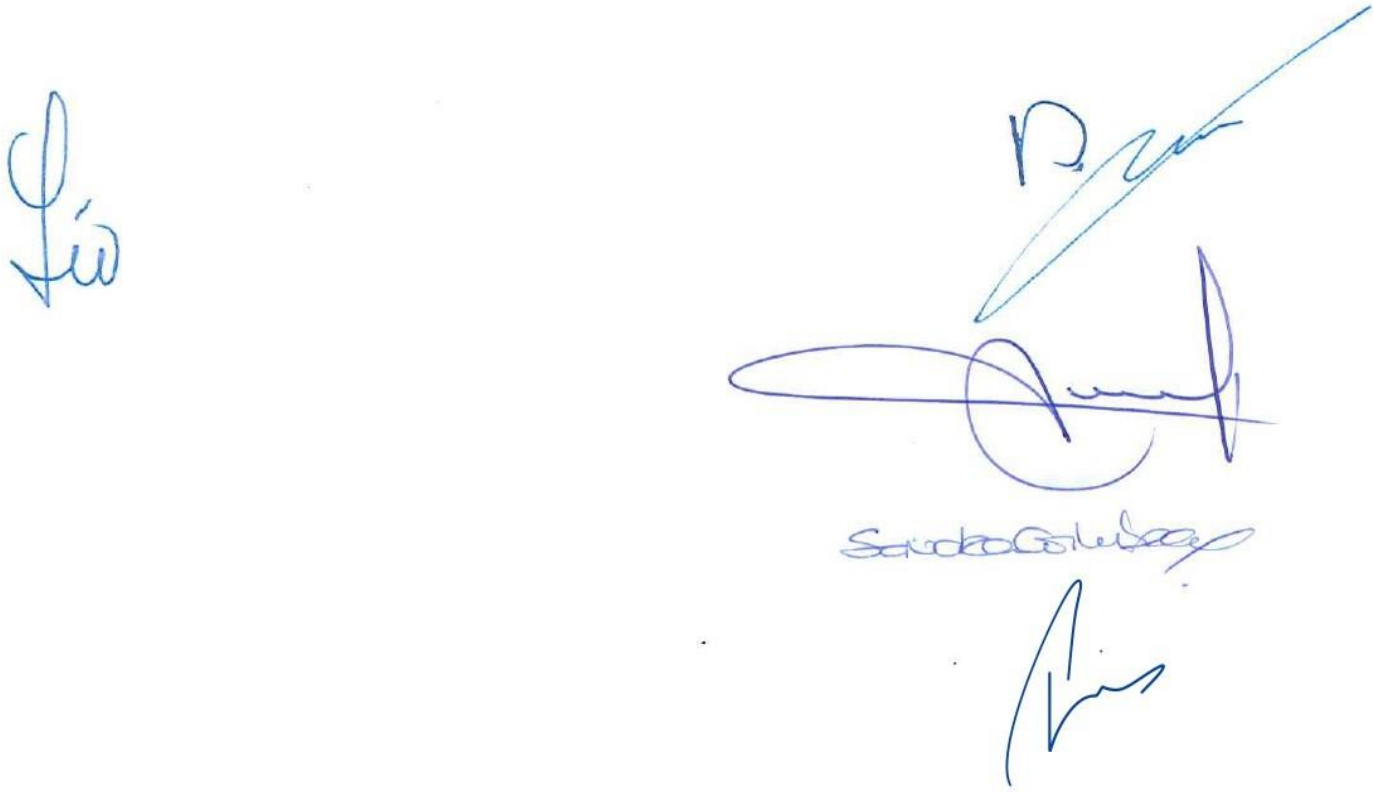
a) IAS 1 (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 7 (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IAS 21 (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



IV – PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2023 à 31/12/2023, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Praia, 27 de fevereiro de 2024

José Carlos Rocha Dias

- / José Carlos Rocha Dias / -

- Atuário -

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

.

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas, mas inclui enfâse, relativo a "não preparação de demostrações financeiras consolidadas", somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos.

S.Vicente, 14 de Março de 2024

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva

VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa não prepara demonstrações financeiras consolidadas, dado não existir legislação específica em Cabo Verde que a tal obrigue. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Empresa, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se assim, da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e nos capitais próprios das entidades relevantes controladas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a

esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

14 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:

Armando Rodrigues

Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado